

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

Neste item, apresentam-se as informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da Câmara dos Deputados, de forma a possibilitar a análise da estrutura de pessoal, bem como da contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho na Câmara dos Deputados é composta por servidores efetivos, servidores comissionados em cargo de natureza especial (CNE), secretários parlamentares (SP), terceirizados e estagiários. Esse efetivo tem suas atribuições definidas para prestar os serviços relacionados ao funcionamento da instituição, que é composta por 513 parlamentares eleitos pelo povo brasileiro.

Os servidores comissionados (CNE's e SP's) têm atuação ligada à atividade parlamentar e, em sua maioria, estão lotados nos gabinetes parlamentares e órgãos com função política. Nesse sentido, esse contingente atua em conformação às demandas próprias da agenda política priorizadas pelos parlamentares (Resolução n. 1, de 2007; Ato da Mesa n. 72, de 1997).

Em relação à prestação de serviços terceirizados, importa registrar que a Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação a atividades-meio, em 31/12/2017 a Casa dispunha de 3.161 postos de serviços terceirizados de diversas categorias, distribuídos entre 34 contratações administrativas.

A participação dos estagiários está voltada para a formação profissional dos estudantes e os conhecimentos adquiridos são compartilhados tanto na entidade de ensino quanto na Câmara, o que contribui para desenvolvimento de ambas instituições.

Já o corpo funcional de carreira atua para o funcionamento administrativo e político-legislativo da Câmara dos Deputados e é composto por servidores concursados em várias áreas profissionais.

4.1.1.1 Composição da força de trabalho

A composição do quadro de servidores efetivos ativos é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 3 – Composição do quadro de servidores ativos

Quadro efetivo de pessoal (posição em 31/12/2017)

	Analista legislativo/atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
Nível superior	Administrador	0	0	0	-
	Analista de Informática Legislativa	160	18	178	-
	Arquiteto	19	1	20	-
	Assistente Social	1	3	4	-
	Assistente Técnico	1	1	2	-
	Consultoria	229	29	258	-
	Contador	49	11	60	-
	Enfermeiro	13	1	14	-
	Engenheiro	53	2	55	-
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	3	0	3	-
	Farmacêutico	3	1	4	-
	Fisioterapeuta	6	0	6	-

	Analista legislativo/atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
	Fonoaudiólogo	3	0	3	-
	Médico	78	13	91	-
	Museólogo	3	0	3	-
	Nutricionista	7	0	7	-
	Odontólogo	4	0	4	-
	Psicólogo	1	0	1	-
	Recursos Humanos	33	0	33	-
	Taquígrafo Legislativo	122	19	141	-
	Técnica Legislativa	719	30	749	-
	Técnico em Comunicação Social	1	1	2	-
	Técnico em Comunicação Social – área Audiovisual	8	0	8	-
	Téc. em Comunicação Social – área Divulgação Institucional	12	1	13	-
	Técnico em Comunicação Social – área Imprensa Escrita	36	1	37	-
	Técnico em Comunicação Social – área Relações	22	0	22	-
	Técnico em Comunicação Social – área Rádio	32	1	33	-
	Técnico em Comunicação Social – área Televisão	46	1	47	-
	Técnico em Documentação e Informação Legislativa	95	30	125	-
	Técnico em Material e Patrimônio	45	39	84	-
	Total – nível superior	1.804	203	2.007	0
Nível intermediário especializado	Adjunto Parlamentar – área Condução de Veículos	2	0	2	-
	Adjunto Parlamentar – área Secretaria	40	0	40	1
	Agente de Conservação e Restauração	10	0	10	-
	Agente de Encadernação e Douração	23	0	23	-
	Agente de Polícia Legislativa	275	23	298	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços Especiais	5	0	5	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços Paramédicos	80	19	99	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços de Arquitetura e Engenharia	6	0	6	-
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços de Atendimento	70	0	70	1
	Agente de Serv. Legislativos – área Serviços de Comunicação e Informação	5	0	5	-
	Agente de Transporte Legislativo – área Condução de Veículos	16	0	16	-
	Agente de Transporte Legislativo – área Mecânica de Veículos	0	0	0	-
	Assistente Administrativo	502	411	913	-
	Operador de Audiovisual	44	0	44	-
	Operador de Máquinas	102	0	102	-
	Total – nível intermediário especializado	1.180	453	1.633	2
Total geral		2.984	656	3.640	2

Fonte: Departamento de Pessoal.

Ao longo dos últimos anos, o corpo funcional de carreira vem apresentando significativa diminuição, tendo em vista que o ingresso de servidores tem acontecido em menor escala que as vagas surgidas, principalmente devido às aposentadorias. Em 2017, 165 servidores se aposentaram, quantitativo que representa 5,5% dos cargos efetivos ocupados. Por outro lado, foram empossados e entraram em exercício 78 novos servidores aprovados em concursos públicos; ou seja, a reposição de pessoal não fez frente ao contingente dos que passaram à inatividade. Logo, o déficit funcional em 2017 foi acrescido de 87 cargos desocupados, totalizando 656 vagas. Essa tendência deve

permanecer em 2018, considerando as restrições impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Emenda Constitucional n. 95, de 2016, além de não haver concurso público aberto desde 2014.

O quantitativo de servidores efetivos que entraram em exercício em 2017, bem como o quantitativo de servidores efetivos que retornaram à atividade no mesmo período está apresentado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Quantitativo de servidores efetivos que entraram em exercício ou retornaram à atividade em 2017

Cargo	Atribuição	Exercício	Retorno à atividade
Analista Legislativo	Consultoria	1	0
	Museólogo	1	0
	Taquígrafo Legislativo	0	1 ⁽¹⁾
	Técnica Legislativa	49	1 ⁽²⁾
Técnico Legislativo	Agente de Polícia Legislativa	27	0
Total		78	2

Fonte: Departamento de Pessoal. (1) Reversão – DOU de 13/10/2017. (2) Reversão – DOU de 13/6/2017.

Registra-se, ainda, o quantitativo de vacâncias decorrentes de posses em outros cargos inacumuláveis, falecimentos, exonerações e cancelamento de retorno à atividade ocorridos em 2017, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – Quantitativo de vacâncias ocorridas em 2017 (exceto aposentadorias)

Cargo	Atribuição	Falecimento	Posse em outro cargo inacumulável	Exoneração	Cancelamento de retorno à atividade	Total
Analista Legislativo	Consultoria	1	-	2	-	3
	Técnica Legislativa	-	-	1	-	1
	Taquígrafo Legislativo	1	-	-	-	1
Técnico Legislativo	Agente de Polícia Legislativa	-	2	1	-	3
	Assistente Administrativo	-	2	-	-	2
Total		2	4	4	-	10

Fonte: Departamento de Pessoal.

Devido ao quadro de diminuição do corpo funcional efetivo, a fim de se minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de diversos setores da Casa, há necessidade de novos procedimentos. Também, em 2017, visando mitigar este risco de funcionamento deficiente das áreas da Casa, buscou-se fomentar programas para auxiliar gestores e servidores em processos de planejamento, melhoria e reorganização de processos, desenvolvimento de projetos, inovação e saúde, a exemplo do [Programa de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho](#), [Programa de Valorização do Servidor](#) e [Programa de Educação Continuada em Gestão](#).

4.1.1.2 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados

A demonstração e a distribuição da força de trabalho é objeto das tabelas 6, 7, 8 e 9, as quais contêm respectivamente a força de trabalho, a distribuição da lotação efetiva, o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas e o quantitativo de servidores por faixa etária.

Tabela 6 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados

Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4.549	3.931	197	305
1.1. Membros de poder e agentes políticos	513	547	18	14
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.036	3.384	179	291
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.640	2.988 ⁽¹⁾	80 ⁽²⁾	175 ⁽³⁾
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	396	396	99	116
2. Servidores com contratos temporários				
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNE e SP)	12.219	12.184	5.713	5.174
4. Total de servidores (1+2+3)	16.768	16.115	5.910	5.479

Fonte: Departamento de Pessoal.

(1) Inclui 2 servidores excedentes e 2 servidores aposentados pela Câmara dos Deputados que ocupam Cargos de Natureza Especial (CNE). (2) 78 posses e exercícios e 2 reversões. (3) 10 vacâncias e 165 aposentadorias.

(2)

Ingressos: servidores de carreira vinculados ao órgão = posse e exercício em 2017 + reversão.

Egressos: vacância + aposentadorias.

Cumprido esclarecer, sobre a [tabela 6](#), que a Constituição Federal determina que o número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população. A Lei Complementar n. 78, de 1993, dispõe que o número de deputados não ultrapassará 513, razão pela qual foi lançado esse dado na coluna “Autorizada”.

Na coluna “Efetiva”, por sua vez, foram considerados os deputados titulares que estavam em exercício efetivo do mandato, somados àqueles que se licenciaram sem perder a condição de parlamentar, bem como os suplentes em exercício, levando-se em consideração os parlamentares que tomaram posse no período de 1/2/2017 a 31/12/2017. O total apurado em 31/12/2017 foi de 547 deputados.

Na coluna “Ingressos no exercício”, foram computados os deputados que tomaram posse entre 1/1/2017 a 31/12/2017. Também foram calculados nessa coluna os deputados suplentes que assumiram em data anterior a 2017, afastados do mandato e, posteriormente, efetivados como titulares durante o ano de 2017.

No campo “Egressos no exercício”, foram incluídos os deputados que saíram do mandato de maneira definitiva por motivos como: perda do mandato, renúncia, aposentadoria por invalidez, falecimento e cassação.

A **tabela 7** abaixo evidencia a distribuição da força de trabalho entre área-meio e área-fim. Para o seu preenchimento, consideraram-se como áreas finalísticas: Mesa Diretora, Suplência da Mesa, Ouvidoria Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Procuradoria Parlamentar, Secretaria da Mulher, lideranças, Conselho de Ética, comissões, Diretoria Legislativa, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Secretaria-Geral da Mesa e gabinetes parlamentares. As demais foram consideradas área-meio.

Tabela 7 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva		
	Área-meio	Área-fim	Total
1. Servidores de carreira (1.1)	1.925	1.459	3.384
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1.925	1.459	3.384
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.924	1.064*	2.988
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	395	396
2. Servidores com contratos temporários	-	-	-
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNEs e SPs)	23	12.161	12.184
4. Total de servidores (1+2+3)	1.948	13.620	15.568

Fonte: Departamento de Pessoal. * Inclui dois aposentados da Câmara dos Deputados ocupantes de CNE.

A **tabela 8** mostra o detalhamento dos cargos em comissão e funções gratificadas, por lotação autorizada e efetiva, em 2017.

Tabela 8 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	12.618	12.583	5.815	5.292
1.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo – Direção e Assessoramento Superior (CNE e SP)	12.618	12.583	5.815	5.292
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	396	396	99	116
1.2.4. Sem vínculo (CNE e SP)	12.219	12.184	5.713	5.174
1.2.5. Aposentados	2	2	2	1
2. Funções gratificadas	1.703	1.631	638	650
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.703	1.631	638	650
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	14.321	14.214	6.453	5.942

Fonte: Departamento de Pessoal.

A distribuição da força de trabalho de acordo com faixa etária está apresentada na tabela abaixo:

Tabela 9 – Quantitativo de servidores efetivos por faixa etária

Faixa etária	Quantitativo	Percentual
Até 30 anos	138	5%
De 31 a 40 anos	820	27%
De 41 a 50 anos	1.047	35%
De 51 a 60 anos	854	29%
Acima de 60 anos	127	4%
Total de servidores	2.986	100%

Fonte: Departamento de Pessoal.

4.1.1.3 Concursos públicos e nomeações

A **tabela 10** apresentada a seguir mostra os dados relativos a concursos públicos vigentes e às nomeações ocorridas em 2017.

Tabela 10 – Concursos públicos vigentes e nomeações em 2017

Concursos públicos								Nomeações em 2017										
Cargo	Atribuição	Data edital do concurso (DOU)	Número de vagas previstas no edital	Data homologação do concurso (DOU)	Validade do concurso	Total de nomeações realizadas	Total de posses realizadas	Em vagas surgidas até 2016			Em vagas surgidas em 2017			Em vagas criadas em 2017			Total nomeações em 2017	Total posses com nomeações em 2017
								Total	Posses	Desistências	Total	Posses	Desistências	Total	Posses	Desistências		
Analista legislativo	Consultoria	29/1/2014	53	3/7/2014 ⁽¹⁾	2/7/2018 ⁽¹⁾	87	78	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Museólogo	31/7/2012	2	5/2/2013	4/2/2017	3	3	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Total – Analista legislativo						90	81	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Técnico legislativo	Agente de Polícia Legislativa	29/1/2014	60	3/7/2014	2/7/2018	114	107	25	23	2	1	1	0	0	0	0	26	24
	Agente de Serviços Legislativos – Serviços Paramédicos	31/7/2012	5	14/2/2014	13/2/2018	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total – Técnico legislativo						120	113	25	23	2	1	1	0	0	0	0	26	24
Total geral						210	194	25	23	2	1	1	0	1	1	0	27	25

Fonte: Departamento de Pessoal.

⁽¹⁾ (1) Área XIV: homologação - 22/8/2014; validade - 21/8/2018.

4.1.1.4 Aposentadoria

As tabelas 11 e 12 detalham os dados de aposentadorias ocorridas no ano de 2017, por período e regime, e a tabela 13 apresenta a idade média dos aposentados nos últimos 6 anos.

Tabela 11 – Quantitativo de aposentadorias em 2017

Mês	Aposentados			Total de inativos
	Falecidos	Reversões	Aposentadorias	
Dez./16 (acumulado)	-	-	-	3.163
Jan./17	8	0	10	3.165
Fev./17	4	0	6	3.167
Mar./17	4	0	13	3.176
Abr./17	7	0	5	3.174
Mai./17	9	0	25	3.190
Jun./17	6	1	10	3.193
Jul./17	1	0	11	3.203
Ago./17	7	0	11	3.207
Set./17	4	0	5	3.208
Out./17	5	1	5	3.207
Nov./17	3	0	8	3.212
Dez./17	4	0	56	3.264
Total	62	2	165	-

Fonte: Departamento de Pessoal.

Tabela 12 – Detalhamento das aposentadorias em 2017

Regime de proventos/ Regime de aposentadoria	Quantidade				
	Acumulado até 31/12/2016	Aposentadorias concedidas em 2017	Reversões em 2017	Óbitos em 2017	Servidores aposentados até 31/12/2017
1. Integral	2.550	162	1	57	2.654
1.1. Voluntária ⁽³⁾	2.294	150	0	47	2.397
1.2. Compulsória	4	0	0	2	2
1.3. Invalidez permanente	139	2	1	7	133
1.4. Outras ⁽¹⁾	113	10	0	1	122
2. Proporcional	613	3	1	5	610
2.1. Voluntária	574	1	0	5	570
2.2. Compulsória ⁽²⁾	7	0	0	0	7
2.3. Invalidez permanente	32	2	1	0	33
2.4. Outras	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	3.163	165	2	62	3.264

Fonte: Departamento de Pessoal. (1) Aposentadoria de 10 servidores policiais – LC 51/1985 e 3 aposentadorias especiais com base em mandado de injunção. Óbito de 1 aposentado que era servidor policial. (2) Excluídos 6 aposentados que recebem aposentadoria de outros órgãos. (3) 1 aposentado falecido em 2016, cujo óbito foi comunicado à Câmara dos Deputados em 10/2/2017.

Tabela 13 – Idade média dos aposentados por ano de aposentadoria

Ano	Homem		Mulher		Total	
	Aposentadorias	Média de idade	Aposentadorias	Média de idade	Aposentadorias	Média de idade
2012	67	58,6	62	57,5	129	58,1
2013	81	58,3	75	58,1	156	58,2
2014	83	59,3	66	57,0	149	58,2
2015	128	59,6	132	57,9	260	58,8
2016	126	59,0	132	57,1	258	58,1
2017	70	58,0	95	56,2	165	57,1

Fonte: Departamento de Pessoal.

Já a quadro abaixo contém a previsão de aposentadorias até 2021, consideradas apenas as compulsórias e as voluntárias integrais, com e sem paridade.

Quadro 23 – Previsão de aposentadorias para o período 2018-2021

Cargo Efetivo	Atribuição	Aposentadorias Concedidas						Previsão de Aposentadorias *				
		2013	2014	2015	2016	2017	Total	2018	2019	2020	2021	Total
Analista Legislativo	Administrador	1	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0
	Arquiteto	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0
	Assistente Social	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1
	Assistente Técnico	0	0	0	1	1	2	1	0	0	0	1
	Consultoria Legislativa	9	5	9	10	9	42	27	9	10	6	52
	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	1	1	4	1	2	9	2	1	1	2	6
	Contador	3	1	4	3	5	16	7	2	6	1	16
	Enfermeiro	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0
	Engenheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Farmacêutico	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1
	Fisioterapeuta	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
	Inspetor de Polícia Legislativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Médico	2	3	3	4	7	19	3	4	1	1	9
	Nutricionista	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Psicólogo	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1
	Recursos Humanos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Taquígrafo Legislativo	6	5	16	9	8	44	16	5	8	9	38
	Técnico em Comunicação Social	1	1	2	1	0	5	1	0	0	0	1
	Técnico em Comunicação Social – Televisão	0	0	1	1	0	2	2	0	0	0	2
	Técnico em Comunicação Social – Relações Públicas	2	1	0	0	0	3	3	2	1	2	8
	Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional	0	0	1	0	1	2	1	0	0	1	2
	Técnico em Comunicação Social – Rádio	0	2	0	0	1	3	0	1	1	2	4
	Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita	0	1	0	0	1	2	3	1	1	2	7
	Técnico em Comunicação Social – Audiovisual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico em Documentação e Informação Legislativa	4	5	9	7	6	31	15	5	4	6	30	
Técnico em Material e Patrimônio	4	1	16	7	9	37	13	2	4	1	20	
Analista de Informática Legislativa	0	1	1	0	2	4	4	2	6	3	15	
Técnica Legislativa	39	43	60	62	28	232	61	13	15	13	102	
Total Nível Superior		72	71	129	110	82	464	159	50	61	49	319
Técnico Legislativo	Adjunto Parlamentar	15	16	27	33	11	102	31	2	6	4	43
	Agente de Conservação e Restauração	0	0	1	1	1	3	4	2	1	0	7
	Agente de Encadernação e Douração	1	0	0	2	3	6	1	1	3	2	7
	Agente de Polícia Legislativa	15	4	15	21	10	65	31	1	1	1	34
	Agente de Serv. Legislativos – Paramédicos	5	1	4	3	5	18	14	2	4	3	23
	Agente de Serv. Legislativos – Demais Áreas	30	35	63	54	28	210	59	5	8	8	80
	Agente de Transporte Legislativo	7	11	4	3	3	28	8	3	4	1	16
	Assistente Administrativo	10	8	13	28	19	78	44	26	23	28	121
	Operador de Audiovisual	1	0	3	0	0	4	4	3	2	2	11
	Operador de Máquinas	0	3	1	3	3	10	11	3	4	5	23
Total Nível Médio		84	78	131	148	83	524	207	48	56	54	365
Total Geral		156	149	260	258	165	988	366	98	117	103	684

Fonte: Departamento de Pessoal. *Consideradas apenas aposentadorias compulsórias e voluntárias integrais com e sem paridade.

Na página de transparência da Câmara ([Recursos Humanos](#))¹¹, podem ser obtidas outras informações sobre aposentadoria.

¹¹ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/aposentadorias>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

4.1.1.5 Pensão civil

As tabelas 14 e 15 detalham dados relativos à concessão de pensão civil, por período.

Tabela 14 – Quantitativos de beneficiários de pensão civil por período

Período	Concessão de Beneficiários	Extinção de Beneficiários	Total
31/12/2016	-	-	1.163
Janeiro 2017	6	2	1.167
Fevereiro 2017	3	4	1.166
Março 2017	3	13	1.156
Abril 2017	4	10	1.150
Mai 2017	17	30	1.137
Junho 2017	19	11	1.145
Julho 2017	11	4	1.152
Agosto 2017	8	5	1.155
Setembro 2017	5	1	1.159
Outubro 2017	4	4	1.159
Novembro 2017	1	1	1.159
Dezembro 2017	2	4	1.157
Total	83	89	-

Fonte: Departamento de Pessoal.

Tabela 15 – Beneficiários de pensão em 2017 – regime de proventos

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de beneficiários de pensão			
	Acumulada até 31/12/2016	Iniciada no exercício de 2017	Extinta em 2017	Acumulada até 31/12/2017
1. Aposentado	798	56	46	808
1.1. Integral	712	55	41	726
1.2. Proporcional	86	1	5	82
2. Em atividade	365	27	43	349
3. Total	1.163	83	89	1.157

Fonte: Departamento de Pessoal.

4.1.1.6 Capacitação e desenvolvimento de pessoas

Para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Câmara exige-se a constante capacitação e especialização de seus servidores, uma vez que os resultados a serem alcançados dependem fortemente da atuação de pessoas preparadas para as demandas permanentemente impostas à instituição.

Em 2017 foi dada continuidade à oferta de cursos integrantes de programas educativos voltados ao desenvolvimento de competências necessárias para a realização de atividades específicas pelos servidores, como por exemplo: formação de gestores, com atendimento a mais de 100 gestores ao longo do ano; formação e capacitação continuada dos agentes de polícia da Casa, que atendeu 240 agentes; formação em docência, que capacitou cerca de 70 educadores internos e formação em processo legislativo, com o oferecimento de mais de 600 vagas ao longo do ano. Além disso, foi lançado o programa de educação continuada em aquisições, com o objetivo de auxiliar os gestores e demais servidores a melhor exercerem suas atribuições no tocante aos processos de aquisições e contratações realizados na Casa.

Com efeito, a Câmara dos Deputados promoveu 501 eventos entre cursos de curta e de longa duração, presenciais e a distância, voltados à profissionalização de servidores e também à disseminação do conhecimento legislativo na sociedade.

O quantitativo total de inscritos em cursos de treinamento e aperfeiçoamento realizados pela Câmara foi de 20.323 participantes, sendo 9.413 participantes em cursos presenciais e 10.801 em cursos a distância (8.952 sem tutoria e 1.849 com tutoria) e 109 em cursos híbridos (parte presencial e parte a distância). Destaca-se também que, em 2017, 1.526 servidores afastaram-se para capacitação externa, sendo 707 para licença capacitação.

No âmbito de seu Programa de Pós-Graduação, a Câmara dos Deputados obteve, por meio da Portaria MEC n. 666, a renovação do seu credenciamento como escola de governo para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade presencial e a distância pelos próximos oito anos. Além disso, o Centro mantém programa próprio de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, (Portaria MEC n. 1331, de 2012). O mestrado elevou seu índice para a nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, em escala com nota máxima de 5 para programas com características semelhantes.

Durante o ano de 2017, o Programa de Pós-Graduação atendeu a um total de 358 alunos. Desses, 127 alunos estavam matriculados nos cursos de especialização, 216 no mestrado (55 alunos regulares e 161 alunos especiais) e 15 servidores participavam do curso de doutorado interinstitucional em Ciência Política, em parceria com o IESP/UERJ.

Além dos cursos, o Programa de Pós-Graduação mantém Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), cujo objetivo é levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa. Durante o ano de 2017 estavam ativos 37 GPEs, envolvendo 185 pesquisadores.

Muitas das pesquisas são publicadas na revista eletrônica E-Legis, editada pelo Programa. No sistema de avaliação adotado pela Capes, denominado Qualis, a Revista E-Legis está classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa classificação reforça a relevância da Revista na comunidade científica. Em 2017, a Revista E-legis, que é publicada trimestralmente, alcançou sua 24ª edição, com um total de 173 artigos publicados.

Visando estender suas ações à sociedade, a Câmara realizou, em 2017, quatorze eventos científicos que envolveram professores e profissionais, brasileiros e estrangeiros, de áreas correlatas. Esses eventos tiveram a participação de 538 pessoas.

Além disso, merece destaque os seguintes eventos realizados com a parceria da Embaixada da França, do Reino Unido, dos Estados Unidos e do Banco Mundial:

- **Palestra sobre Tecnologia da Informação e Inovação:** a Câmara dos Deputados e a Embaixada dos Estados Unidos realizaram uma palestra sobre o tema “**Tecnologia da Informação e Inovação**” com Robert D. Atkinson, conferencista canadense-americano, no dia 27 de setembro de 2017, no Auditório do Cefor.

- **Seminário Internacional sobre Governança e Democracia: um caminho para o desenvolvimento:** a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União e o Banco Mundial realizaram o seminário no dia 28 de setembro de 2017, no auditório Nereu Ramos. Entre os temas discutidos destacam-se: “Os desafios de governança na atualidade Brasileira”, “Governança e Lei”, “Boas práticas de governança e o Brasil: perspectiva política”, “Orçamento, infraestrutura e política pública”, “Reconstruindo a Confiança no Setor Público: Como criar um estado efetivo, com a confiança dos cidadãos?” e “O futuro do Brasil: como garantir um projeto nacional de longo prazo?”.

- **Palestra sobre a Inovação na Gestão Pública:** a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Embaixada da França realizaram palestra com as senhoras *Françoise Waintrop*, responsável pela Inovação da *École Nationale D’Administration – ENA* e *Anne-Laure Desflaches*, *Co-fundadora* da agência “*Les Ateliers RTT*” sobre Inovação na Gestão Pública, seguido de Debate com servidores da Câmara e do Senado Federal. A palestra aconteceu no dia 19 de outubro de 2017, no Auditório Nereu Ramos.

- **Workshop “Aperfeiçoamento das atividades do Parlamento na perspectiva comparada Brasil-Reino Unido”:** a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Embaixada do Reino Unido e o *King’s College* realizaram o workshop nos dias 7 e 8 de dezembro de 2017, no auditório Nereu Ramos. O evento integrou a programação comemorativa dos quinze anos da Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados e propiciou o debate com especialistas do Reino Unido sobre temas sobre a atividade legislativa, com o propósito de comparar os sistemas e processos no Brasil e no Reino Unido. Ademais, foram discutidos temas como a elaboração e o processo legislativo e a avaliação de impacto legislativo, entre outros.

Por fim, apresenta-se a tabela a seguir, que tem por objetivo demonstrar a qualificação dos servidores efetivos por escolaridade nos últimos três anos.

Tabela 16 – Quantitativo de servidores por nível de escolaridade (2015 a 2017)

Nível de escolaridade	2015		2016		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Analfabeto	0	0	0	0	0	0
Alfabetizado sem cursos regulares	0	0	0	0	0	0
Ensino fundamental incompleto	16	0,5	12	0,4	10	0,3
Ensino fundamental	44	1,4	32	1,0	25	0,8
Ensino médio ou técnico	250	7,8	196	6,4	174	5,8
Superior	610	19,1	566	18,4	497	16,6
Aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação	1.850	57,9	1.817	59,0	1.807	60,5
Mestrado	293	9,2	324	10,5	344	11,5
Doutorado/pós-doutorado/PhD/livre-docência	95	3,0	103	3,3	104	3,5
Não classificada	38	1,2	31	1,0	25	0,8
Total	3.196	100%	3.081	100%	2.986⁽¹⁾	100%

Fonte: Departamento de Pessoal.

(1) 2.984 cargos ocupados + 2 excedentes = 2.986

4.1.2 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

A Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, instituída pelo [Ato da Mesa n. 151, de 2014](#), estabelece, como uma de suas diretrizes, a realização de ações de vigilância epidemiológica e a avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos.

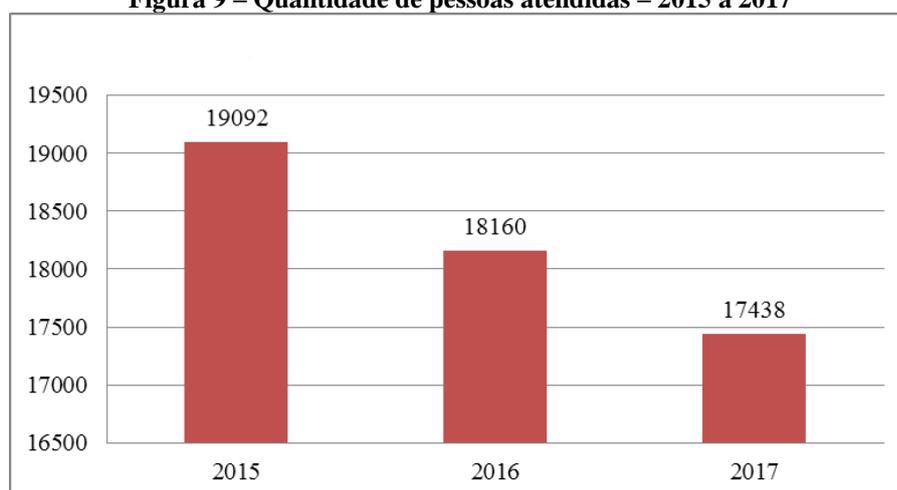
Mediante a atuação do Departamento Médico, em ações conjugadas com outros órgãos da Casa, a Câmara realiza campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, entre outras ações.

4.1.2.1 Atendimento médico

Em 2017, o Departamento Médico da Câmara dos Deputados atendeu 17.438 pessoas. Os atendimentos podem se dar na forma de consultas, exames, pequenas cirurgias, mensuração de sinais vitais, curativos, procedimentos externos, entre outros, totalizando, no ano de 2017, 102.707 atendimentos. Por procedimentos externos, entendem-se aqueles originados no Laboratório e no Serviço de Radioimagem.

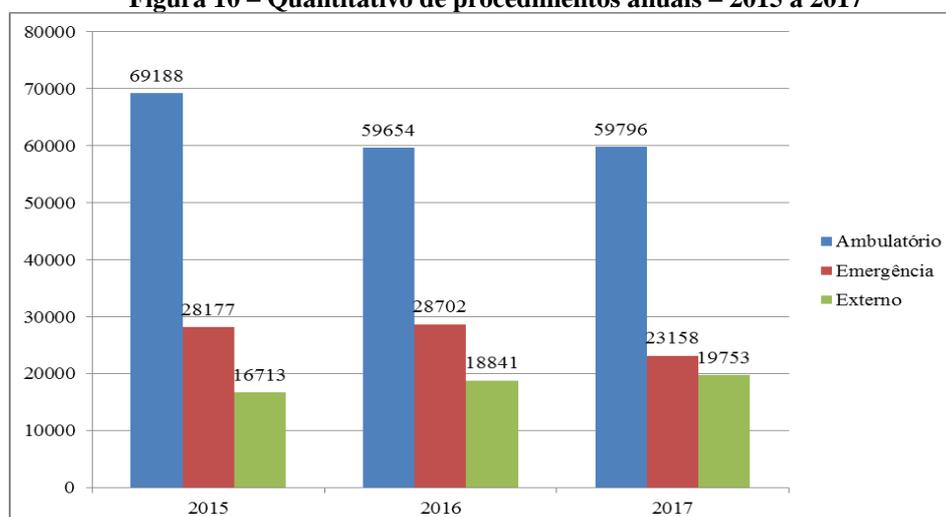
A [figura 9](#) ilustra, de forma comparativa, a quantidade de pessoas atendidas no período de 2015 a 2017. Já a [figura 10](#) mostra o total de procedimentos efetuados no mesmo período.

Figura 9 – Quantidade de pessoas atendidas – 2015 a 2017



Fonte: Departamento Médico.

Figura 10 – Quantitativo de procedimentos anuais – 2015 a 2017



Fonte: Departamento Médico.

Os dados de 2017 demonstram uma redução específica no quantitativo dos atendimentos na “Emergência”, o que pode ser um reflexo da descontinuidade do serviço aos finais de semana e feriados, a partir do dia primeiro de maio. A média de atendimentos anuais (102.107 atendimentos) mantém-se equivalente aos anos anteriores, com exceção do ano de 2015 quando houve um aumento nas consultas tanto ambulatoriais, incluindo atendimentos na perícia médica, quanto de emergência que coincidiram com a implantação do ponto eletrônico e das alterações no controle de jornada de trabalho na Câmara.

4.1.2.2 Programas voltados à saúde preventiva e laboral

Com o foco nos objetivos estratégicos da área de RH, foram realizados programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral, cujos quantitativos de atendimentos/procedimentos realizados são detalhados na tabela a seguir.

Tabela 17 – Programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral

Programa	Público-alvo	Objetivo geral	Quantitativos
Programa de Saúde da Mulher	Mulheres servidoras efetivas, parlamentares, SPs e CNEs e seus dependentes legais, acima de 20 anos	Deteção precoce do câncer do colo uterino e do câncer de mama e promoção do autocuidado.	416 atendimentos 125 exames A taxa de absenteísmo foi de 28%.
Programa de Avaliação e Tratamento da Hipertensão Arterial (Pratha)	Parlamentares, servidores efetivos, dependentes, SPs e CNEs com diagnóstico de hipertensão	Aumentar a adesão ao tratamento da hipertensão, incentivar o controle da pressão arterial e de outros fatores de risco presentes e proporcionar qualidade de vida.	22 participantes São considerados participantes os inscritos que participaram de 70% dos encontros.
Programa de Acompanhamento e Apoio à Gestante	Gestantes e familiares	Assistir, em âmbito preventivo, aos futuros pais, servidores da Câmara dos Deputados, por meio de ações educativas, com vistas à promoção da saúde da gestante e do bebê, à capacitação dos pais para lidarem com o processo gestacional e o cuidado de seus filhos de maneira saudável, efetiva e confiante.	46 participantes São considerados participantes os inscritos que participaram de 70% dos encontros.
Programa de Assistência aos Pacientes com Diabetes	Parlamentares, servidores ativos, aposentados e dependentes diagnosticados com Diabetes Mellitus	Promover a deteção precoce do <i>diabetes mellitus</i> , por meio da assistência integral, possibilitando um bom controle metabólico e diminuindo, assim, a incidência de complicações crônicas.	29 participantes São considerados participantes os inscritos que participaram de 70% dos encontros.
Programa de Imunização	Parlamentares, servidores efetivos, SPs, CNEs, dependentes legais e colaboradores	Prevenção de doenças imunopreveníveis como a influenza, inclusive contra a cepa H1N1, difteria, tétano e febre amarela e hepatite B.	5.421 vacinados, destes 688 eram colaboradores.
Programa de Controle de Peso	Servidores efetivos e parlamentares, com sobrepeso e obesidade	Diminuição do peso corporal em casos de sobrepeso ou obesidade, de modo a contribuir para melhoria da qualidade de vida; educação nutricional por meio de informações educativas acerca de alimentação saudável e de todos os aspectos que podem envolver essa questão; adoção de rotina alimentar mais saudável e menos calórica.	30 participantes inscritos atendidos 71 participantes em atividades abertas a toda a Casa
Programa de <i>Check-up</i> Clínico Cardiológico	Servidores efetivos	Avaliar o estado de saúde do servidor para identificar e prevenir possíveis agravos relacionados ou não com a atividade laborativa e/ou com o ambiente de trabalho.	144 servidores atendidos
Programa de Monitoramento do Risco Cardiovascular dos Parlamentares (em	Parlamentares, servidores ativos e inativos, SPs, CNEs, dependentes legais e colaboradores	Identificar precocemente o risco cardiovascular dos atendidos	111 avaliações realizadas, destas 10 avaliações foram de parlamentares com risco cardiovascular

Programa	Público-alvo	Objetivo geral	Quantitativos
implantação)			
Campanha de Prevenção da Perda Auditiva	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Prevenção da perda auditiva por meio da detecção precoce e da orientação sobre os fatores prejudiciais à audição.	104 atendimentos em fonoaudiologia e audiometria 35 atendimentos em otorrinolaringologia
Campanha de Detecção Precoce de Câncer de Pele	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Rastreamento e detecção precoce do câncer de laringe e educação em saúde.	122 atendimentos no período de 6 a 17/3
Campanha de Prevenção e Rastreamento da Hepatite C (parceria com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde)	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Prevenção e rastreamento da hepatite C e educação em saúde.	750 testes rápidos
Campanha de Vacinação contra Hepatite B (parceria com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde)	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs e dependentes legais	Prevenção da Hepatite B	420 pessoas vacinadas em um dia
Campanha de Doação de Sangue (parceria com o Hemocentro)	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Incentivar a doação de sangue.	25 participantes
Campanha de Prevenção ao Câncer de Tiróide	Servidores efetivos, parlamentares, SPs, CNEs e terceirizados	Orientações e rastreamento para a prevenção do câncer de tiróide.	114 atendimentos 64 ecografias e exames laboratoriais
Campanha de detecção Precoce do Câncer de Mama (Outubro Rosa) Campanha exclusiva para atendimento das colaboradoras Durante a campanha foram realizadas também a prevenção e a detecção precoce do câncer de útero	Mulheres colaboradoras com idade igual ou superior a 40 anos e mulheres com alto risco para câncer de mama, independentemente da idade.	Promover a detecção precoce do câncer de mama e colo uterino; realizar avaliação das mamas e coleta de Papanicolau, orientar quanto à prevenção do câncer de mama e útero e o autoexame das mamas; realizar mamografia e ecografias; avaliar o resultado dos exames solicitados e encaminhar para tratamento especializado, quando necessário.	96 atendimentos de outubro a dezembro. A taxa de absenteísmo foi de 28%.
Campanha Filhos Seguros	Pais, responsáveis e cuidadores das crianças atendidas no Demed Adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente e respectivos pais ou responsáveis.	Disponibilizar material de orientação, impresso e <i>on-line</i> , a todos os envolvidos nos cuidados com as crianças, visando à prevenção de acidentes na infância. Disseminar informações de prevenção de acidentes a pais, responsáveis e adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente.	Distribuídos cerca de 2.500 <i>folders</i> com orientações sobre 11 temas de segurança.
Programa de Saúde no Trabalho (Prosat)	Servidores efetivos	Cuidar da saúde física e mental, por meio de ações de prevenção e promoção de saúde nos ambientes de trabalho.	743 consultas realizadas por equipe multidisciplinar (EPS); 268 servidores atendidos pelo Grupo de Adequação Laboral; 65 servidores atendidos pela Fisioterapia do Trabalho; 876 sessões de Ginástica Laboral; 94 processos de avaliação de insalubridade; 23 processos de avaliação de periculosidade; e 65 servidores expostos a acidentes/ doenças ocupacionais.

Fonte: Departamento Médico.

4.1.2.3 Acidentes de trabalho

Em 2017, a Câmara dos Deputados realizou 65 atendimentos decorrentes de acidente de trabalho, conforme mostra a tabela seguir.

Tabela 18 – Acidentes de trabalho

Tipo de acidente	Categoria funcional					Total
	Servidor efetivo	SP	CNE	Terceirizados	Estagiário	
Típico*	14	3	1	38	1	57
Trajeto**	2	1	1	4	0	8
Total	16	4	2	42	1	65

Fonte: Departamento Médico.

* Acidente ocorrido na execução do trabalho.

** Acidente ocorrido no deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa.

A maior prevalência de acidentes típicos dentre os prestadores de serviços terceirizados reflete a natureza do trabalho desenvolvido, o que implica maiores riscos aos trabalhadores (atividades de marcenaria, eletricista, pedreiro, limpeza, dentre outras). Já os servidores efetivos, os secretários parlamentares e os ocupantes de cargo de natureza especial exercem atividades predominantemente administrativas, sendo que os principais riscos identificados são os de natureza ergonômica. Nessas categorias, o quantitativo de acidentes registrado é menor.

Além do trabalho preventivo realizado pelas áreas competentes já mencionadas, a Câmara disponibilizou formulário eletrônico na CamaraNet para a notificação de acidentes e de riscos, o que tem contribuído com os esforços de promoção da Segurança do Trabalho.

4.1.2.4 Doenças ocupacionais

Os atendimentos prestados a servidores com agravos à saúde e expostos a riscos ocupacionais pela Seção de Saúde no Trabalho em 2017 estão consolidados na tabela seguir.

Tabela 19 – Atendimentos realizados

Tipo	2015	2016	2017
Periódico	513	914	743
Admissional	49	153	9
Insalubridade	173	145	94
Periculosidade	73	15	23
Exame periódico ocupacional	300	263	268
Acidente de trabalho	96	56	65
Inspecões ergonômicas de posto de trabalho (individual)	78	101	41
Inspecões ergonômicas de posto de trabalho (coletivas)	100	3	-
Posturologia (atendimento ambulatorial)	69	10	24
Escola de postura	-	132	-
Ginástica laboral (número de sessões)	244	325	876
Outras	13	13	30
Total	1.708	2.130	2.173

Fonte: Departamento Médico.

Houve uma redução de 18,7% no número de servidores atendidos no Exame Periódico, no ano de 2017. Cabe destacar que durante o período analisado ocorreu uma redução de 30% na força de trabalho responsável por tal atendimento.

Quanto aos exames periódicos ocupacionais, observa-se uma pequena variação entre os anos de 2015, 2016 e 2017. Cabe ressaltar que o ano de 2015 foi marcado pela modificação na jornada de trabalho caracterizada pela implantação do ponto eletrônico. Neste período, houve um aumento na demanda por atendimento realizado pelo Grupo de Exame Periódico Ocupacional, com prevalência de problemas relacionados à saúde mental e osteomusculares. Neste sentido, os problemas de saúde mental são considerados de difícil diagnóstico, manejo e solução. Por outro lado, os problemas osteomusculares possuem grande potencial de cronificação, o que justifica a necessidade de manutenção do acompanhamento.

Os atendimentos aos servidores são realizados por equipe multidisciplinar e se utiliza de pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho, por meio da “escuta qualificada”. Essa estratégia visa prevenção de agravos e promoção à saúde. O presente acompanhamento também objetiva a preservação da capacidade laborativa do servidor, de modo a prevenir afastamentos e aposentadorias precoces e promover o seu bem-estar.

4.1.2.5 Indicadores de absenteísmo

Em 2017, foram apresentados e homologados 12.138 atestados, num total de 48.022 dias de afastamento no ano. Houve estabilidade no número total de dias de afastamento em relação a 2016, porém aumento de 29% no número absoluto de atestados apresentados. Isto resultou numa diminuição no número médio de dias de afastamento por atestado. A tabela abaixo mostra os indicadores de absenteísmo, no período de 2006 a 2017.

Tabela 20 – Indicadores de absenteísmo 2006 a 2017

Ano	Quantidade de atestados	Total de dias	Média de dias/atestado
2006	1.758	11.744	6,68
2007	1.809	15.007	8,29
2008	1.933	16.321	8,44
2009	2.041	13.750	6,73
2010	2.185	16.775	7,67
2011	2.437	15.632	6,41
2012	2.805	20.171	7,19
2013	3.136	22.229	7,08
2014	3.789	24.220	6,39
2015	7.828	40.935	5,22
2016	9.363	47.882	5,11
2017	12.138	48.022	3,95

Fonte: Departamento Médico.

A tabela abaixo apresenta os afastamentos, de acordo com a categoria funcional, em 2016 e 2017.

Tabela 21 – Indicadores de absenteísmo por tipo de afastamento e categoria funcional

Tipo de afastamento	Servidor efetivo		CNE		Secretariado Parlamentar		Total	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
LTS	5.274	6.228	1.852	2.586	61	139	7.187	8.953
LAF	1.540	2.404	0	8	0	0	1540	2.412
Licenças odontológicas	386	457	250	311	0	5	636	773
Total	7.200	9.089	2.102	2.905	61	144	9.363	12.138

Fonte: Departamento Médico.

Além da homologação de atestados e perícias médicas para avaliação da capacidade laborativa, o Serviço de Perícias Médicas realizou 623 Juntas Médicas Oficiais em 2017, o que representa um aumento de 4,3% em relação ao ano de 2016 (597 juntas médicas realizadas). As Juntas são convocadas em atendimento a inúmeras demandas, sendo as situações mais comuns a avaliação de capacidade laborativa por afastamentos prolongados e constatação de deficiências e presença de doenças especificadas em lei para concessão de benefícios.

Os dados obtidos dos atestados homologados e a análise dos fatores que levam a afastamentos ou incapacidade laboral servem de base ao desenvolvimento de inúmeros programas de prevenção de doenças e melhoria da saúde.

Considera-se que a execução gradativa das diretrizes e as ações previstas na Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, estabelecida no [Ato da Mesa n. 151, de 2014](#), poderá contribuir para minimizar os afastamentos para tratamento da própria saúde, proporcionando mais satisfação e produtividade aos servidores no ambiente de trabalho. Merece menção o Grupo de Exame Periódico Ocupacional (Gepo), criado em 2016, em substituição ao Grupo de Adequação Laboral. A equipe, formada por dois médicos e uma enfermeira do trabalho, desenvolve estratégias no sentido de prevenir e promover o bem-estar no trabalho. Os servidores atendidos recebem o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), previsto na NR7, que contém orientações sobre as condições de saúde do servidor, orientações para intervenção na intrajornada bem como encaminhamentos à Junta de Saúde Ocupacional, quando necessário.

4.1.3 Demonstrativo das despesas de pessoal

A composição das despesas de pessoal, conforme as orientações do Tribunal de Contas União no sistema e-Contas, está demonstrada por meio do [quadro 24](#), que discrimina as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de 2016 e 2017.

Quadro 24 – Despesas de pessoal

Valores em reais

Tipologia / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2017	218.200.705	0	17.787.122	0	8.639.893	282.453	0	980.180	0	245.890.353
2016	218.335.360	0	18.014.174	0	9.194.606	439.790	0	154.000	0	246.137.930
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2017	927.583.109	111.860.105	89.981.401	81.953.439	44.260.907	16.822.852	224.959	1.368.619	0	1.274.055.392
2016	918.095.246	102.344.512	89.166.733	82.611.578	42.971.449	20.437.250	273.325	20.359.508	0	1.276.259.602
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade jurisdicionada										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)										
2017	755.476.149	0	63.217.622	35.412.463	188.211.126	6.269.907	10.925	6.517.031	0	1.055.115.224
2016	695.622.963	0	60.066.242	32.702.305	176.456.162	5.591.821	12.736	5.553.709	0	976.005.937
Servidores cedidos com ônus										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Coordenação de Pagamento de Pessoal/Sigesp.

Observação:

* Trata-se de despesas com a força de trabalho.

**A contabilização das despesas com servidores cedidos pela Câmara, cedidos à Câmara dos Deputados e sem vínculo (comissionados) não possibilita o desdobramento dessas informações. Portanto, indica-se como "servidores sem vínculo" (investidos em cargo em comissão) os cedidos à Câmara e "servidores de carreira vinculados ao órgão" (servidores concursados de nível médio e nível superior) aqueles cedidos pela Câmara.

4.1.4 Controles para mitigar riscos relativos a pessoal

Em relação à terceirização de cargos, informa-se que a Câmara dos Deputados não possui prestadores de serviços terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos.

Quanto à acumulação indevida de cargos, de funções e de empregos públicos, as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, são as relacionadas a seguir:

- a) Na posse: ao apresentar os documentos exigidos para a posse no cargo efetivo, o nomeado declara o exercício ou não de outro cargo público. Compromete-se, também, no prazo de dez dias, a apresentar comprovante de desligamento do órgão anterior, conforme o caso. Se declarar que vai continuar a exercer cargo em concomitância ao da Câmara dos Deputados, o nomeado informa o horário de trabalho e a carga horária a que está sujeito no outro órgão, devidamente verificados em declaração emitida pelo setor de pessoal correspondente. Com a posse, é iniciado o processo de verificação da licitude da acumulação.
- b) Na emissão de declarações de carga horária para outros órgãos públicos: ao emitir declarações de carga horária, solicita-se ao servidor informar o seu vínculo com outro órgão público. Caso o servidor confirme a ligação, inicia-se o processo.
- c) Verificação pela chefia imediata: as chefias imediatas dos servidores que acumulam licitamente cargos são orientadas a monitorar se a jornada de trabalho tem sido cumprida com zelo, dedicação, assiduidade e pontualidade, sem prejuízo às atividades exercidas nos dois órgãos; e se o servidor dispõe do tempo necessário para o seu deslocamento seguro, refeições e descanso.
- d) Verificação anual de compatibilidade: anualmente, os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam declarações de horário de trabalho/carga horária e de recebimento de auxílios alimentação, creche e transporte, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade.

Destaca-se, ainda, que os controles existentes atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedada pela Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor.

Ao ser identificada a qualquer tempo uma situação de acumulação de cargos, funções e empregos públicos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Assim, não há registro de situação de acumulação irregular de cargos, nem processo administrativo disciplinar aberto para regularização de situação de acumulação irregular de cargo, função ou emprego público, relativo aos servidores efetivos.

4.1.5 Ações voltadas à valorização do servidor

A instituição desenvolve projetos e ações de aprimoramento e valorização do servidor que são implementados por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser). Criado pelo [Ato da Mesa n. 27, de 2003](#), o programa conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia e gestão de pessoas, atuando nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas e preparação para aposentadoria.

4.1.5.1 Programa de educação financeira

O programa realiza atendimentos individuais (servidores efetivos, CNEs e secretários parlamentares) nas áreas de planejamento financeiro, organização do orçamento, endividamento, investimento e psicologia econômica. Essa é uma ação que fez parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017. A meta de atendimento de 80% da demanda individual foi ultrapassada, pois todos os servidores (100%) que demandaram atendimento foram contemplados, totalizando 489 atendimentos no ano.

O programa também realiza ações voltadas à educação financeira, que faz parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016/2017. A meta de 100 vagas foi amplamente superada tendo em vista que foram preenchidas 1.150 vagas, conforme tabela a seguir.

Tabela 22 – Ações de educação financeira

Evento	Participantes
Crenças femininas sobre o dinheiro	Turma 1 – 25 participantes Turma 2 – 25 participantes
Planejamento financeiro e você	120 participantes
Finanças para casais	50 participantes
Investimentos em renda fixa – 20 anos Cefor	120 participantes
Previdência Complementar – Funpresp, Previdência Privada e Alternativas – 20 anos do Cefor	120 participantes
Tesouro Direto	120 participantes
Finanças para pais	60 participantes
Planejamento Sucessório e Proteção Patrimonial	120 participantes
Como não se preocupar com aposentadoria	120 participantes
Investimentos em Renda Fixa (PROA)	80 participantes
Investimento em Renda Fixa	70 participantes
Tesouro Direto sem Medo – Como investir no Tesouro Selic	120 participantes
Total	1.150 participantes

Fonte: Departamento de Pessoal.

Destaca-se, ainda, a obtenção da Titulação no [Selo Estratégia Nacional de Educação Financeira](#) (Enef) 2016-2019, pois o Conselho Nacional de Educação Financeira aprovou o programa de educação financeira da Câmara dos Deputados e reconheceu que essa iniciativa fortalece os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

4.1.5.2 Programa de prevenção e controle de tabagismo.

O programa realiza campanhas educativas periódicas, tendo como objetivo manter as dependências da Casa livres do tabaco. Em 2017, foi realizado o curso “Quero parar de fumar” oferecido para os terceirizados da Diretoria Executiva de Comunicação Social e da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, com oito inscritos. Além disso, realizaram-se ações de divulgação nas datas comemorativas: Dia Mundial Sem Tabaco e Dia Nacional de Combate ao Fumo.

4.1.5.3 Programa de prevenção e orientação nas questões relacionadas à dependência química

O programa realiza a divulgação de eventos, publicações e matérias sobre dependência química na Comunidade CamaraNet. Em 2017, algumas ações foram realizadas, tais como: campanha preventiva no Dia Mundial de Combate às drogas; orientação personalizada ao servidor, aos familiares e aos chefes; e desenvolvimento e manutenção da parceria com o Serviço de Perícia Médica.

4.1.5.4 Programa de adaptação funcional

O programa revisa rotinas de reabilitação e readaptação funcional e acompanha servidores em processo de readaptação funcional. Em 2017, iniciou-se o processo de aprimoramento e normatização do processo de adaptação funcional junto ao Demed. Essa é uma ação que fez parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017, com a meta de formular minuta de portaria normatizando o processo de adaptação funcional com o respectivo fluxograma até dezembro de 2017. Foram realizados 180 atendimentos a servidores e gestores e 24 discussões de caso (com a participação de dois ou mais profissionais) no ano.

4.1.5.5 Programa de apoio à lotação de pessoal

Participação na lotação dos novos servidores com a elaboração do perfil das áreas e posterior adequação dos servidores às vagas. Recebimento de demandas das áreas por servidores e de servidores em busca de novas colocações. Orientação aos servidores e gestores quanto à lotação adequada. Foram realizados 113 atendimentos no ano.

4.1.5.6 Ações de consultoria interna em gestão de pessoas

As ações de consultoria interna em gestão de pessoas visam apoiar e orientar os gestores da Casa, sendo prestadas sob demanda dos departamentos, coordenações ou setores. Trata-se de participação no planejamento e nas ações gerenciais departamentais, podendo ser realizada em conjunto com a Assessoria Técnica da Diretoria de Recursos Humanos.

4.1.5.7 Programa de preparação para aposentadoria (Proa)

O programa promove divulgação de eventos, de publicações e de matérias sobre Aposentadoria na Comunidade CamaraNet; e distribuição de folder informativo sobre o Proa em eventos específicos (cursos, oficinas). Essa é uma ação que fez parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017, com a meta de 100% de participação. Em 2017, houve duas turmas da Oficina de Preparação para Aposentadoria com 20 participantes em cada oficina, atingindo a meta estabelecida.

4.1.6 Programa de Educação Continuada em Gestão

O Programa de Educação Continuada em Gestão (PEC Gestão) foi desenvolvido pelo Cefor, em parceria com a Aproge e a DRH, com o objetivo de auxiliar os gestores da Câmara dos Deputados a exercerem suas atribuições, tendo em vista a execução da estratégia da Casa e as competências gerenciais descritas na Política de Recursos Humanos. Seus objetivos são:

- promoção de ambientes de trabalho saudáveis e produtivos;
- aperfeiçoamento dos processos internos de trabalho;
- enriquecimento do trabalho de gestores e de equipes;
- ampliação da percepção dos gestores acerca de seus diversos papéis;
- difusão de práticas gerenciais participativas;
- atuação dos gestores em consonância com a Política de RH, definida no [Ato da Mesa n. 76, de 2013](#);
- apoio às mudanças de longo prazo desejadas;
- eficiência na utilização dos recursos públicos;
- melhoria da imagem da Câmara.

A Capacitação Instrumental em Gestão (CIG), com foco preferencial nos gestores FC1, FC2 e FC3, constitui-se em ciclo de desenvolvimento em Gestão de Pessoas aplicada às seguintes áreas de conhecimento: Planejamento, Processos e Projetos. A CIG é organizada em 3 módulos: Pessoas em Planejamento, Pessoas em Processos, Pessoas em Projetos. Além disso, considera como elementos contextuais a estratégia da Câmara e a Política de RH.

Em 2017, foram realizadas 5 turmas da Capacitação Instrumental em Gestão (CIG), com 94 participantes.

4.1.7 Outras informações sobre gestão de pessoas

Por fim, destaca-se que na internet é possível obter mais informações sobre servidores ([quantitativos](#)¹², [lotação](#)¹³ e [remuneração](#)¹⁴).

4.1.8 Contratação de estagiários e de pessoal de apoio

4.1.8.1 Contratação de estagiários

Em conformidade com o [Ato da Mesa n. 81, de 2013](#), a Câmara dos Deputados oferece estágio universitário por meio de convênios com instituições de ensino do Distrito Federal. As atividades práticas do estágio contribuem para a formação profissional dos estudantes, uma vez que são compartilhados os conhecimentos adquiridos tanto na instituição de ensino quanto na Câmara.

Em cumprimento à [Lei n. 11.788, de 2008](#), e ao [Ato da Mesa n. 81, de 2013](#), são ofertadas vagas às pessoas com deficiência, sendo que no ano de 2017 foram contemplados 11 estudantes nessa condição.

A duração do estágio é de quatro horas diárias, sendo vinte horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, e duração máxima de um ano. Essa configuração permite um período considerado adequado para a aprendizagem prática no contexto de trabalho da Câmara, garantindo um prazo para locomoção, refeição e descanso diários e simultaneamente um rodízio periódico de alunos, proporcionando ampla participação de discentes.

O quadro a seguir ilustra a distribuição das vagas conveniadas de estágio vigentes em cada trimestre de 2017, por área de lotação. Atualmente, há um total de 244 vagas conveniadas. O estudante recebe bolsa-estágio no valor correspondente a R\$ 1.120,00, acrescida do auxílio-transporte de R\$ 10,00 por dia estagiado.

Quadro 25 – Informações sobre as contratações de estagiários

Ano	Quantitativo de vagas conveniadas de estágio por área												Despesas anuais (valores em reais)	
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre			Bolsa-estágio	Auxílio-transporte
	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total		
2014	126	96	222	142	105	247	153	114	267	149	106	255	3.246.891,99	259.034,80
2015	140	114	254	141	116	257	159	117	276	142	115	257	3.849.590,37	302.984,00
2016	145	113	258	119	93	212	84	68	152	60	61	121	3.002.817,86	257.448,01
2017	67	58	125	117	86	203	137	96	233	138	98	232	2.058.397,60	373.573,07

Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento e Departamento de Pessoal.

¹² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/quantitativos>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

¹³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/lotacao>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/remuneracao/tabelas-de-remuneracao>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

As variações no quantitativo de vagas e nas despesas anuais se devem, principalmente, aos seguintes fatores:

- **Quantitativo de vagas:** diante das restrições orçamentárias e tendo em vista as alterações normativas previstas nos atos da Mesa n. 90, de 2016, e n. 99, de 2016, bem como na Portaria DG n. 137, de 2016, as contratações foram suspensas no mês de maio/2016, com vistas à realização de ajustes nos convênios, sendo retomadas no mês de novembro/2016 e finalizadas em maio/2017, motivo pelo qual muitas vagas de estágio ficaram desocupadas de 2016 a 2017.
- **Despesas anuais (bolsa-estágio):** a variação negativa de 31,45% deve-se à redução do valor da bolsa-estágio que passou de dois salários mínimos (R\$ 1.760,00) para R\$ 1.120,00 para as novas contratações, bem como à quantidade de vagas de estágio que ficaram desocupadas.
- **Despesas anuais (auxílio-transporte):** o valor do auxílio-transporte foi alterado de R\$ 8,00 para R\$ 10,00.

Informações adicionais sobre o Estágio Universitário podem ser obtidas no [portal](#)¹⁵ da Câmara dos Deputados.

4.1.8.2 Contratação de pessoal de apoio

É importante destacar que a Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação às atividades-meio, informa-se que, em 31/12/2017, esta Casa dispunha de 3.161 postos de serviços terceirizados de diversas categorias. Além do Programa Pró-Adolescente, detalhado no [item 5.6](#), que contava com a colaboração de 430 aprendizes.

Os quantitativos de terceirizados e de aprendizes foram reduzidos, em relação ao exercício de 2016, em 1,83% e 10,42%, respectivamente, em decorrência das restrições orçamentárias sofridas pela Administração Pública Federal. Em 31/12/2016, existiam 3.220 postos de serviços terceirizados e 480 vagas para contratação de menores aprendizes.

Todas as principais informações relativas a cada um dos contratos, bem como suas cópias integrais digitalizadas, encontram-se disponibilizadas no [portal](#)¹⁶ da Câmara dos Deputados. Destaca-se, ainda, que desde a entrada em vigor da Lei n. 12.465, de 2011, esta Casa publica em seu [portal](#)¹⁷ uma relação de todos os seus prestadores de serviços terceirizados com nome, CPF, categoria, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente.

4.1.9 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não existem informações a serem prestadas, posto que os contratos foram integralmente executados e liquidados nos exercícios de 2013 e 2014.

¹⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/estagiarios>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/contratos/>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/relacao-de-terceirizados>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Na Câmara dos Deputados, a Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura são, *lato sensu*, atribuições da Diretoria Administrativa (Dirad), que responde ainda por outras atividades que têm correlação direta com essas áreas. Na prática, toda a logística que promove o funcionamento cotidiano desta Casa Legislativa está de alguma forma inter-relacionada.

O foco da Diretoria Administrativa tem sido o da inovação disruptiva, com o objetivo de aprimorar a governança das unidades a ela subordinadas. O ano de 2017 foi bastante profícuo, uma vez que somou esforços internos direcionados para a implantação dos instrumentos da governança de aquisições preconizados pelo Tribunal de Contas da União.

Neste processo de trabalho inovador, se consolidou a estrutura e a atuação da Central de Compras, que é mais bem detalhada no [item 4.2.5](#) deste relatório. Além disso, destaca-se o início do Programa de Gestão Continuada com o foco em Aquisições (PEC-Aquisições), que capacitará, de forma estruturada e orgânica, os primeiros gestores da Casa nesta área.

Assim, neste item apresentam-se informações sobre a gestão do patrimônio e infraestrutura, no que tange à gestão da frota de veículos própria, gestão do patrimônio imobiliário da União, bem como Central de Compras.

4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

A legislação que trata dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados é o [Ato da Mesa n. 63, de 2005](#), que disciplina, regula e classifica o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário, bem como define os condutores e as suas responsabilidades, além de outras disposições.

4.2.1.1 Plano de substituição da frota

Em 2017, deu-se prosseguimento ao processo de substituição gradativa dos veículos remanescentes da frota oficial. A mudança do modelo de gestão, de frota própria para frota terceirizada, visa a inovar e aprimorar a logística e os serviços de transportes colocados à disposição dos parlamentares e dos servidores da Câmara dos Deputados, de acordo com [estudo técnico](#)¹⁸.

Os contratos de locação dos veículos preveem que, a partir de dois anos de uso do veículo, a Câmara dos Deputados poderá solicitar sua substituição por um mais novo. Esta condição é uma das grandes vantagens de se ter frota terceirizada. Portanto, o modelo de locação proporciona a obtenção de uma frota sempre nova, sem os custos processuais e administrativos de licitar novas aquisições, assim como de leiloar uma extensa frota de veículos. Também, não se tem que arcar com o custo de manutenção veículos antigos em estoque por não terem sido arrematados no leilão, uma vez que nem todos o são no primeiro leilão.

Os veículos próprios remanescentes, apesar de essenciais, são em pequeno número e pouco utilizados (p.ex. ambulâncias, ônibus com acessibilidade, van link com equipamentos de TV e rádio para cobertura de externas ao vivo), e, zelando pela economicidade e uso racional dos recursos públicos, serão substituídos à medida em que haja necessidade real.

¹⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/estudo-tecnico-substituicao-frota-de-veiculos>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

4.2.1.2 Informações sobre a frota de veículos

A Câmara dos Deputados dispõe de uma frota de 6 veículos próprios, entre eles modelos de passeio, carga, transporte de passageiros e ambulâncias. Além disso, dispõe de uma frota de 77 veículos contratados de terceiros para atender a todas as demandas por transporte das áreas administrativa e legislativa.

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

As informações sobre a frota de veículos, própria e terceirizada, bem como as despesas associadas a sua manutenção, estão condensadas nos quadros 26 e 27, a seguir apresentados:

Quadro 26 – Frota de veículos

Classificação de veículos automotores	Uso	Quantidade de veículos		Média km rodados/veículo (*)		Idade média da frota	
		Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada
Representação	Presidente da Câmara dos Deputados	–	3	–	17.610	–	3 anos
Natureza especial	Demais membros da Mesa Diretora, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética	–	14	–	18.229	–	1 ano
Serviços de natureza administrativa	Apoio às unidades administrativas da Casa	6	60	731	14.302	7 anos	2 anos
Total		6	77	731	50.141		

Fonte: Coordenação de Transportes.

(*) Média anual.

Quadro 27 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos

Valores em reais

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
Própria	Contrato de manutenção preventiva e corretiva n. 2014/165, para 6 (seis) veículos próprios da frota da Câmara dos Deputados, com a empresa Laicon Comércio e Serviços Ltda. EPP, CNPJ 00.850.172/0001-54; vigência anterior: 7/8/2016 a 6/8/2017; vigência atual: 7/8/2017 a 6/8/2018; processo n. 2013/127.649.	105.88,62	89.848,61
	Borderô seguro obrigatório – DPVAT dos veículos da frota da Câmara dos Deputados referente exercício 2017. Processo n. 104.524/2017.	1.577,56	1.577,56
	Pagamento de taxas por utilização de placas de bronze e de placas vinculadas nos veículos pertencentes à frota da Câmara dos Deputados.	4.417,00	4.417,00
	Aquisição de pneus para os veículos da frota da câmara dos deputados, com a empresa PP Pneus, LTDA CNPJ 14.320.757/0001-77, Ata de Registro de Preços n. 135/2016. Processo n. 111.144/2016	6.848,00	0,00
	Subtotal	118.731,18	95.843,17
Terceirizada	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas, n. 2012/187 e seus aditivos, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ 04.515.963/0001-89; processo n. 2011/139.429. Vigência anterior: 20/7/2016 a 19/7/2017; vigência atual: 20/7/2017 a 19/7/2018.	1.841.296,76	1.693.185,61
	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas (vans executivas, sedãs e furgões), n. 2015/030, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ	720.198,00	660.180,90

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
	04.515.963/0001-89; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2017 a 24/2/2018.		
	Contrato de locação anual de veículos automotores (vans), com motoristas e combustível, n. 2014/228 e seus aditivos, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85; processo n. 2013/122.100. Vigência anterior: 24/10/2016 a 23/10/2017; Contratado encerrado.	1.173.640,97	1.172.309,50
	Contrato de locação anual de veículos automotores (caminhões), sem motoristas e sem combustível, n. 2015/032, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2017 a 24/2/2018.	644.899,20	594.712,72
	Contrato de locação anual de veículos automotores (ônibus e micro-ônibus), sem motoristas e sem combustível, n. 2015/031, com a empresa TS Locações e Serviços Ltda. ME, CNPJ 09.463.607/0001-82; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2017 a 24/2/2018.	724.087,54	665.927,87
	Prestação de serviços, mediante Ata de Registro de Preços, de locação eventual de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, para transporte de pessoas em serviço, de materiais, de documentos e de cargas em geral, para atender às demandas da Casa em deslocamentos no Distrito Federal e entorno até 100 km contados da Câmara dos Deputados. Ata de Registro de Preços n. 2017/47, vigência: 7/8/2017 a 6/8/2018, empresa contratada: Amav's Turismo Veículos Ltda, CNPJ 06.071.701/0001-06.	28.225,00	28.225,00
	Concessão de suprimento de fundos em favor do servidor ponto n.7321 para a realização de despesas eventuais com locação de veículo tipo sedan, nos dias 1º, 2 e 8 de julho de 2017, para atendimento de evento ASG-PLP, a pedido da CTRAN/CD.	1.400,00	1.400,00
	Subtotal	5.133.747,45	4.815.941,60
Própria e terceirizada	Contrato de mão de obra para operadores de tráfego de veículos n. 2014/244 e seus aditivos, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP; CNPJ 08.307.120/0001-48; processo n. 2013/129.167; vigência inicial: 1/12/2016 a 30/11/2017; vigência atual: 01/12/2017 a 30/11/2018.	1.141.597,16	1.023.289,46
	Contrato de mão de obra para condução de veículos n. 2015/258, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP; CNPJ 08.307.120/0001-48; processo n. 2014/117.540. Vigência: 31/12/2016 a 30/12/2017.	9.380.482,11	8.421.049,63
	Contrato de mão de obra para a prestação de serviços continuados na área de higienização e lavagem de veículos oficiais e locados n. 2016/081 com a empresa J. Macedo Pereira ME, CNPJ 10.653.264/0001-06; processo n. 2014/117.726. Vigência: 27/4/2017 a 26/4/2018.	637.321,14	570.680,66
	Contrato de fornecimento de combustível n. 2013/097 e seus aditivos, com a empresa Saga Com e Serv Tecnologia e Informática Ltda, CNPJ 05.870.713/001-20; processo n. 2017/202.881 Vigência atual: 5/7/2017 a 6/7/2018.	417.388,69	340.403,74
	Contrato de fornecimento de combustível n. 2013/097 e seus aditivos, com a empresa Pix Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda., CNPJ 11.845.291/0001-35; processo n. 2012/110.929. Vigência anterior: 8/7/2015 a 7/7/2016; última vigência: 8/7/2016 a 7/7/2017. Contrato encerrado.	381.140,19	375.193,48
	Contrato de prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos diversos utilizados na higienização de veículos da Câmara dos Deputados, n. 2015/056, com a empresa Vaine Assistência Técnica em Compressores Ltda, CNPJ 26.481.317/0001-80; processo n. 2014/105.534; vigência atual: 6/4/2017 a 5/4/2018.	15.584,73	15.251,04
	Aquisição de materiais para limpeza dos veículos da frota da Câmara dos Deputados.	1.735,66	1.735,66
	Subtotal	11.975.249,68	10.747.603,67
Total	17.227.728,31	15.659.388,44	

Fonte: Coordenação de Transportes e Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (SIGMAS).

* Todas as contratações foram realizadas na modalidade de pregão eletrônico.

4.2.1.3 Fatos significativos do ano de 2017

Os fatos mais significativos ocorridos no âmbito da gestão de transportes são os seguintes:

1. A partir da análise do número de usuários que utilizavam os programas MOB Parque e Minas, concluiu-se que deveriam ser extintos. Esse contrato tinha um custo anual de R\$ 1.548.739,20, mais o custo indireto dos seguranças que atuavam nos estacionamentos remotos, do Parque da Cidade e do Minas Tênis Clube, de aproximadamente R\$ 726.090,99. A rescisão contratual resultou uma economia anual para a Casa de R\$ 2.274.830,19;

2. Quando da renovação dos contratos de locação de veículos n. 187/2012, 031/2015 e 032/2015, negociou-se uma redução em seus valores em 6,33%, 11,43% e 5,90%, respectivamente, resultando uma economia anual de R\$ 249.493,86;

3. Redução de 1 (um) posto de trabalho no contrato de lavadores de veículos e renegociação da taxa de administração, proporcionando uma economia anual de R\$ 102.275,49;

4. Foi iniciado procedimento licitatório para contratação do serviço denominado Táxi Leg. Trata-se de serviço de agenciamento de transporte por meio de veículos de passeio, por demanda, no âmbito do Distrito Federal/DF e entorno, com disponibilização de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações dos serviços (corridas) por meio de aplicativos *web* e *mobile*. Esse serviço possibilitará a supressão de 17 veículos administrativos, que custariam anualmente R\$ 603.840,00 ante ao custo anual estimado do Táxi Leg, para realizar o mesmo número de viagens realizadas por estes veículos, de R\$ 480.187,95; e

5. Abertura de processo licitatório para locação eventual de Van com acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida. Atualmente, o contrato de locação desse veículo é anual. Porém, após análise das demandas, percebeu-se que ficaria mais barato para a Câmara dos Deputados a locação eventual deste veículo. O custo anual, atualmente, é de R\$ 67.668,48. Com a locação eventual, estima-se gastar anualmente R\$ 13.440,00, gerando dessa forma uma economia anual de R\$ 54.228,48.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa n. 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens de propriedade da Casa, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação. Por conta disso, foi aberto o processo n. 2015/134.832 para permitir a realização de leilão de dezoito veículos da frota própria, que apresentam longo tempo de uso, altos custos de manutenção e elevado consumo de combustível.

O leilão foi realizado em 24/9/2016, pela empresa BSB Leilões Associados, sob a coordenação do leiloeiro oficial Marco Geovanne Tobias da Silva, que avaliou os 18 veículos em R\$ 450.459,50. Ao final do procedimento, 15 veículos, inicialmente avaliados por R\$ 322.628,50, foram arrematados por R\$ 429.564,50. Em 5/8/2017, dois veículos foram avaliados e arrematados por R\$ 28.500,00.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.3.1 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados

A gestão e o controle de imóveis funcionais são regulamentados pelo [Ato da Mesa n. 5, de 2011](#), alterado pelo [Ato da Mesa n. 41, de 2012](#). Todo o processo de utilização dos imóveis funcionais, desde a ocupação das unidades habitacionais até a eventual apuração de responsabilidade por danos aos imóveis decorrentes de ação ou omissão de possíveis ocupantes, está a cargo da Coordenação de Habitação (Cohab).

São atividades da Cohab: vistoriar o imóvel tanto no momento da ocupação quanto no instante da desocupação, relatando eventuais danos ou problemas identificados no imóvel ou nos bens que o guarnecem; formalizar os Termos de Ocupação, instrumentos previstos no [Ato da Mesa n. 5, de 2011](#), com o fim de regular a utilização dos imóveis funcionais e, nas hipóteses em que se verifica a irregularidade na ocupação, apurar as multas aplicáveis àqueles que ocuparam irregularmente algum imóvel; bem como instruir processos com vistas à responsabilização por danos causados às instalações ou aos bens que compõem o acervo patrimonial sob responsabilidade desta Casa.

4.2.3.1.1 Distribuição geográfica dos imóveis funcionais

Atualmente, existem 447 bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade desta Casa, situados em **diferentes áreas**¹⁹ do Distrito Federal. Desses imóveis, 432 se destinam à ocupação por parlamentares e o restante consiste em reserva técnica.

Tabela 23 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares

Quadra	Blocos	Total de blocos	Apartamentos por bloco	Total de imóveis
SQN 302	9 (A, B, C, D, E, F, G, H e I)	18	24	432
SQN 202	4 (I, J, K e L)			
SQS 111	2 (G e I)			
SQS 311	3 (A, B e I)			

Fonte: Coordenação de Habitação – Sistema de Habitação (Habit).

A distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica encontra-se na tabela a seguir.

Tabela 24 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica

Setor	Endereço	Quantidade
Asa Norte	SQN 106-I-301; SQN 106-J-502; SQN 112-A-303; SQN 112-D-201; SQN 112-D-405; SQN 112-D-505 e SQN 304-B-201.	7
Asa Sul	SQS 114-H-104; SQS 114-H-107; SQS 114-H-304; SQS 114-H-502; SQS 114-H-505; SQS 114-H-506; SQS 203-I-102 e SQS 316-B-202.	8
Total		15

Fonte: Coordenação de Habitação.

Os imóveis funcionais da reserva técnica são destinados à ocupação por servidores que exercem determinadas funções comissionadas e por ocupantes de cargos de natureza especial, cujo marco regulatório é o **Ato da Mesa n. 46, de 2009**, com redação alterada pelo **Ato da Mesa n. 129, de 2013**. Convém registrar que o **Ato da Mesa n. 67, de 2015**, determinou que, à medida que essas unidades fossem desocupadas, tivessem a sua destinação alterada para residência de parlamentares.

4.2.3.1.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Identificam-se inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais, em especial os relacionados na tabela abaixo. Importante destacar que esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los, reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria.

Tabela 25 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Danos causados pelos ocupantes às instalações dos imóveis, bem como aos bens móveis que os guarnecem.	São reduzidos por ações realizadas previamente às ocupações. Assim, há momento especialmente reservado para que os futuros ocupantes sejam orientados quanto às implicações, inclusive financeiras, de danos identificados nos imóveis ou nos bens patrimoniais que nele se localizam. As ferramentas administrativas mais expressivas ao longo desse processo são o Termo de Ocupação do Imóvel Funcional e os laudos de vistoria.
Consumo exagerado de água, energia e gás canalizado nos imóveis funcionais.	É mitigado pelo processo de ressarcimento, mediante descontos em folha de pagamento, das despesas com energia elétrica, gás canalizado e abastecimento de água e coleta de esgotos (no caso dos imóveis situados na SQN 302).
Subsistência, após a desocupação do imóvel, de pendências financeiras nos cadastros de concessionárias de serviço público.	É reduzida a partir de rígido controle de ocupações e desocupações acompanhado de frequente atualização da titularidade das despesas apuradas pelas concessionárias de serviços públicos. Além disso, mesmo que eventualmente alguma despesa seja atribuída indevidamente à Câmara dos

¹⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/distribuicao-geografica-dos-imoveis>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
	Deputados, a busca pelo ressarcimento é facilitada pela célere instrução de processos de cobrança administrativa ou desconto em folha de pagamento.
Potencialidade de danos à imagem da Câmara dos Deputados decorrentes de eventual desrespeito às normas de convivência condominial nas quadras residenciais onde se localizam os edifícios funcionais.	É combatida pela orientação dos ocupantes quanto à preocupação com o convívio em coletividade, bem como com a edição de Regulamento de Edifício, norma interna na qual restam explicitadas regras básicas necessárias à boa convivência entre moradores que compartilhem um mesmo espaço.
Possibilidade de perda da posse direta dos imóveis funcionais, haja vista a retenção indevida das unidades habitacionais por ocupantes, mesmo após a perda do direito à ocupação.	É minimizada pelo acompanhamento, em sistemas institucionais da Casa, do histórico e desenvolvimento do mandato parlamentar, uma vez que esse se constitui como principal referencial de análise para avaliação da regularidade de determinada ocupação, assim como para elaboração de notificação de devolução do imóvel. Quando, a despeito de sucessivas notificações, a administração da Casa não obtém êxito na retomada do imóvel funcional, medidas em âmbito judicial são adotadas por meio de ações possessórias.
Cessão direta dos imóveis entre os ocupantes, sem a participação dos agentes da Administração.	É arrefecida por processo de conscientização, prévio à ocupação, dos embarços administrativos e consequências provenientes da desocupação ou ingresso em imóvel sem a participação da administração da Casa.
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança ligada ao aumento de índices de violência no Distrito Federal, fator bastante comum nos grandes centros urbanos.	É reduzida por contrato de prestação de serviços de vigilância idealizado e fiscalizado por esta Casa.
Exposição dos imóveis a perigos de incêndio, explosão, descargas elétricas, responsabilidade civil ou outras fatalidades.	É minimizada por contrato de seguro firmado pela administração e celebrado com a Allianz Seguradora no valor de R\$ 93.054,67 (noventa e três mil cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), para o período de cobertura compreendido entre 26/8/2017 a 25/8/2018.

Fonte: Coordenação de Habitação.

4.2.3.1.3 Análise crítica acerca dos imóveis funcionais

A gestão e controle do patrimônio imobilizado está regulamentado pelo [Ato da Mesa n. 135, de 2016](#), que objetiva consolidar os critérios para o uso e distribuição de imóveis funcionais aos deputados federais e suplentes, ao encontro da orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 2.438/2009-Plenário.

Dessa forma, foram incorporados ao ato que regulamenta a administração dos imóveis funcionais avanços importantes empreendidos na política habitacional da Casa, como a padronização da manutenção e a eficiência e sistematização na distribuição e ocupação de imóveis. Também foi dada especial atenção à celeridade na desocupação e devolução dos apartamentos, de modo a evitar o uso indevido do patrimônio público.

Dentro da política de revitalização de imóveis funcionais com foco em sistema habitacional alternativo às indenizações de auxílio-moradia, foram concluídas obras de reformas dos apartamentos funcionais ao longo dos anos. Nessa seara, é fundamental registrar que os gastos com auxílio-moradia, em 2017, totalizaram R\$ 8.663.831,35, montante 7,20% menor em relação ao ano de 2016, o que gerou uma economia ao erário de R\$ 672.280,72.

Cabe registrar, ainda, a redução de 16,29% nos custos com a manutenção dos imóveis funcionais em comparação ao exercício anterior, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 26 – Despesas com manutenção – imóveis funcionais

Item	Valores em reais		
	2017	2016	Variação
Despesas com manutenção	1.100.201,05	1.314.267,06	-16,29%
Despesas com auxílio-moradia	8.663.831,35	9.336.112,07	-7,20%

Fonte: Coordenação de Habitação.

Outras informações sobre imóveis funcionais e auxílio-moradia que podem ser obtidas no link <http://www2.camara.leg.br/transparencia/imoveis-funcionais>.

4.2.3.2 Bens imóveis sob responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional)

Em 2017, as despesas com manutenção e conservação de imóveis administrativos totalizaram R\$ 34,25 milhões, englobando reparos ou substituições de sistemas elétricos e hidráulicos, divisórias, telhados e infiltrações, instalação de ar-condicionado central, entre outras.

Informa-se que a participação da Câmara no controle do patrimônio imobiliário da União concentra-se na atualização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Cumpre declarar, portanto, que os dados constantes daquele sistema referentes aos imóveis utilizados por esta Casa encontram-se atualizados. As informações relacionadas aos registros contábeis desses imóveis podem ser obtidas em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, anexas a este relatório.

4.2.3.3 Imóveis locados de terceiros

Esta Casa utiliza dois imóveis de terceiros por meio de locação (dois galpões adjacentes) que estão sendo utilizados como abrigo para o almoxarifado de bens permanentes durante a construção do edifício do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais da Câmara dos Deputados, situado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Os valores mensais das locações, no ano de 2017, são R\$ 35.456,80 e R\$ 15.000,00.

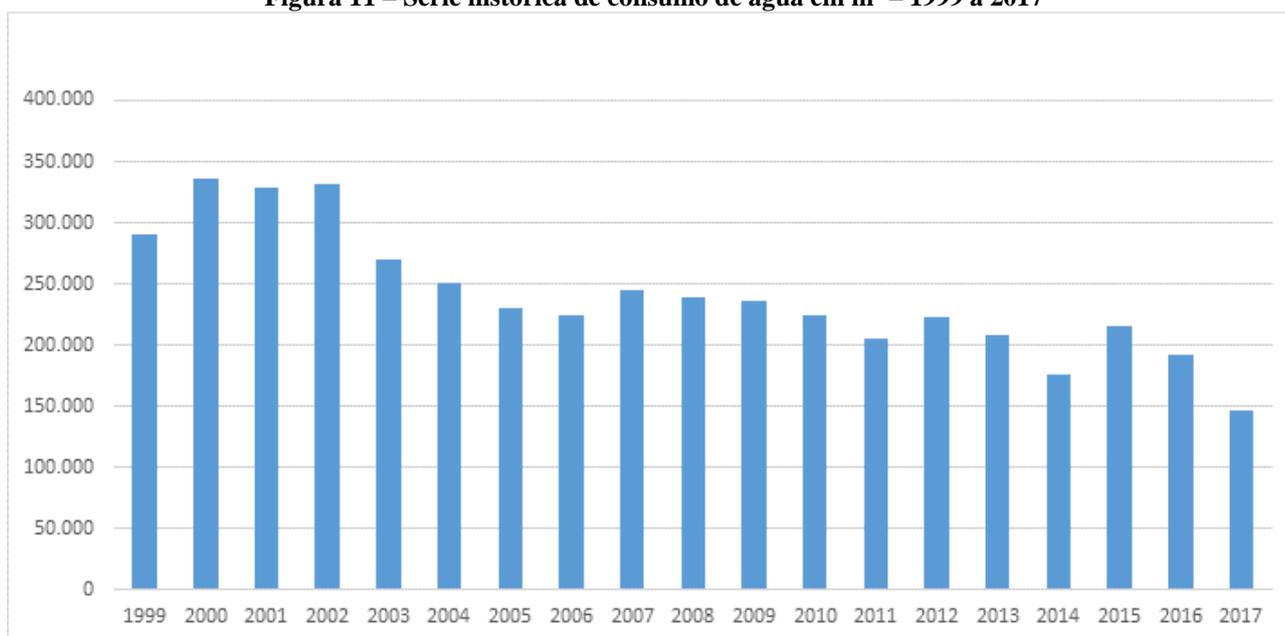
4.2.3.4 Outras ações de planejamento em infraestrutura

Os gastos da Câmara dos Deputados com água e energia elétrica alcançaram, em 2017, os menores níveis registrados desde 1999. O resultado é atribuído a ações implementadas pelo Departamento Técnico desta Casa nos edifícios administrativos, além dos esforços do EcoCâmara e do uso consciente dos recursos pelos usuários.

O consumo de água potável foi o menor registrado até hoje. Se comparado somente ao ano anterior, 2016, o consumo de água teve uma redução de 24%. Comportamento semelhante foi observado quanto à energia elétrica. Seu consumo em relação ao ano anterior registrou uma redução de 12%. Já em comparação à série histórica, os valores do consumo de 2017 são os menores registrados, salvo nos anos de 2001 e 2002, época em que houve a restrição de consumo imposta pelo Governo Federal.

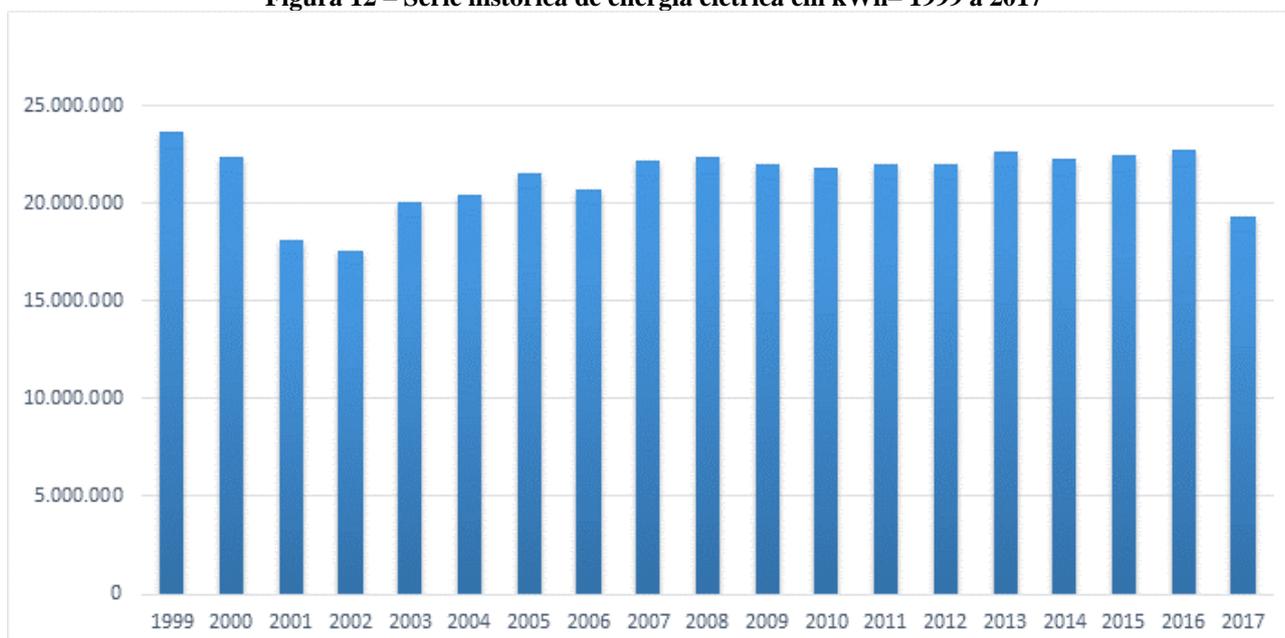
As figuras abaixo mostram as séries históricas de consumo de água e energia elétrica, desde o início dos seus registros.

Figura 11 – Série histórica de consumo de água em m³ – 1999 a 2017



Fonte: Camaranet.

Figura 12 – Série histórica de energia elétrica em kWh – 1999 a 2017



Fonte: Camaranet.

Dentre as ações realizadas para reduzir significativamente o consumo de água, destacam-se:

- Instalação de arejadores nas torneiras de banheiros públicos e privativos;
- Decisão de não alimentar os espelhos d'água dos edifícios Principal, Anexo I e Anexo III com água potável (encontra-se em estágio avançado o processo de contratação de poço artesiano para suprir os espelhos do Edifício Principal e Anexo I);
- Desenvolvimento de metodologias para detecção de vazamentos com diagnósticos mais céleres;
- Utilização de vegetação de jardinagem com consumo reduzido de água;
- Redução da necessidade de irrigação nos períodos secos; e
- Revisão das técnicas operativas dos sistemas de ar condicionado da Casa.

Para redução do consumo de energia elétrica, destacam-se:

- Substituição superior a 90% das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo *led* nos prédios administrativos da Casa; e
- Revisão das técnicas operativas dos sistemas de ar condicionado, por meio de pequenos investimentos e de novos procedimentos técnicos.

4.2.4 Cessão de espaço físico em imóvel da União

Com o objetivo de fornecer informações sobre a cessão de espaços físicos a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, apresentam-se os [quadros A2 e A3](#) no Anexo deste relatório. Além disso, destaca-se que os valores decorrentes de aluguéis desses imóveis constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe a [Resolução da Câmara dos Deputados n. 18, de 1971](#), em seu art. 2º, inciso XV.

Essas receitas são registradas com obediência ao disposto no art. 35 da Lei n. 4.320, de 1964. Sua contabilização é realizada de forma automática, conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

A finalidade do Fundo Rotativo é prover recursos adicionais com vistas ao cumprimento integral da função legislativa da Câmara dos Deputados, conforme se pode confirmar no [item 4.5.1](#) deste relatório.

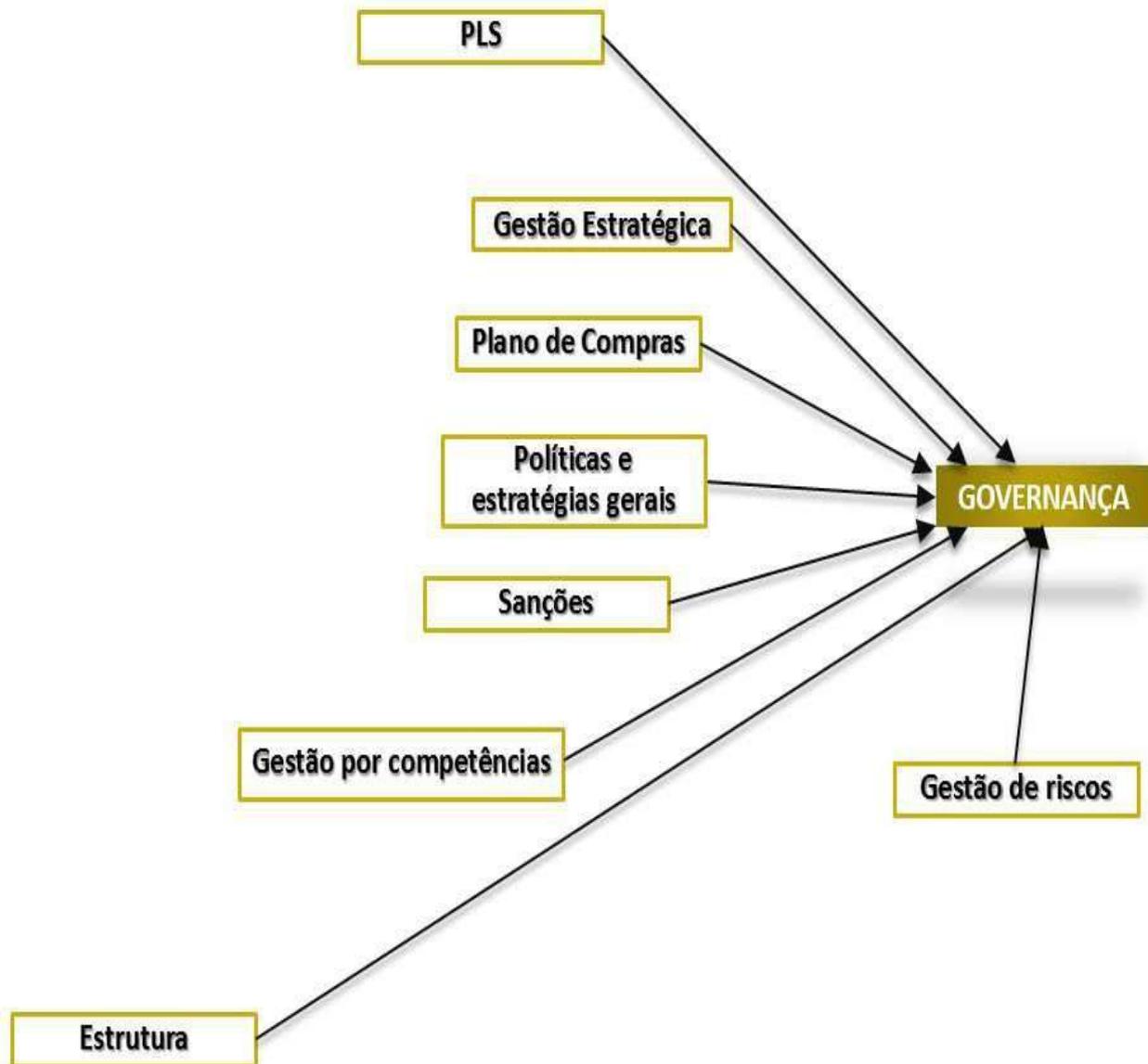
4.2.5 Central de Compras

Em dezembro de 2016, foram estabelecidas normas, no âmbito da Câmara dos Deputados, para a montagem e operacionalização do Plano Anual de Compras e Contratações ([Portaria DG n. 267, de 2016](#)).

A Central de Compras prosseguiu, em 2017, como instância administrativa da Câmara dos Deputados responsável pela implementação tática e operacional de instrumentos de governança em compras e contratações, obtendo enorme ganho administrativo.

O modelo adotado repousa em jurisprudência consolidada nos últimos anos pelo TCU, e se vale de oito variáveis preditivas da aludida governança, consoante esquema demonstrado a seguir:

Figura 13 – Modelo central de compras



Fonte: Departamento de Material e Patrimônio.

Em 2017, foi executado o Plano de Compras e Contratações do exercício e elaborado o Plano de Compras e Contratações de 2018. Em adição, elaborou-se o Plano de Gestão de Riscos das Aquisições, tendo início sua implementação e monitoramento.

O modelo de aplicação de sanções administrativas afetas a licitações e contratos foi delineado e fortalecido, compondo, sob perspectiva macro, exemplo de atuação no âmbito da Administração Pública.

O exercício de 2017 respondeu, ainda, por incremento de maturidade da Central de Compras no que concerne à análise dos processos de compras e contratações, promovendo suas conformidades legais e saneando eventuais lacunas durante a fase interna. A instituição de *checklists*, em harmonia com boas práticas propugnadas pelo TCU, veio ao encontro do incremento da qualidade da instrução.

Outrossim, a preocupação de se institucionalizarem práticas de gestão inovadoras no processo de compras e contratações, zelando pelo aprimoramento contínuo do rito (inclusive promovendo inovações incrementais) e agindo diretamente na mudança de uma cultura usualmente voltada à rotina e à manutenção do *status quo*, levou a que a Central vislumbrar, ainda no final de 2017, a pertinência da criação de uma estrutura matricial em seu interior, em iniciativa pioneira no Brasil. Trata-se do primeiro Laboratório de Inovação em Compras Públicas, que contou com a anuência das instâncias decisórias da Câmara dos Deputados em dezembro de 2017.

Esse espaço organizacional foi projetado para criar condições para que a inovação ocorra e concebido na forma de uma estrutura perene para gerir esforços inovadores no processo de compras e contratações públicas. Deverá incumbir-se da modelagem processual, da elaboração e do aperfeiçoamento de novos instrumentos de governança em compras públicas, do incremento de diálogo com o segundo setor e do desenvolvimento de demais soluções que agreguem valor ao processo de aquisições públicas.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Em outubro de 2017, o CGE (Comitê de Gestão Estratégica), em reunião extraordinária, aprovou a inclusão do Centro de Informática (Cenin) como integrante desse fórum. Tal decisão considerou a importância de se possuir uma estratégia que já nasça com uma cognição digital. A existência de uma estratégia digital na concepção e governança de serviços dirigidos à sociedade impõe que a unidade de Tecnologia da Informação assuma um protagonismo na Governança Corporativa.

Pelo exposto, em dezembro de 2017, por meio do [Ato da Mesa n. 215](#), foi criada a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, que assumiu as atribuições do Centro de Informática.

4.3.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados

O modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG n. 406, de 2013](#), que criou dois comitês gestores de TIC: o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI).

Tabela 27 – Comitês de TIC

Comitê	Atribuição	Composição
Ceti	Responsável pela governança de TIC	Titulares da Diretoria-Geral, da Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge), do Centro de Informática (Cenin) e do Centro de Documentação e Informação (Cedi).
CDTI	Responsável por priorização de demandas setoriais e estruturantes, além do acompanhamento das ações da TIC.	Representantes dos seguintes órgãos: Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa, Diretoria Legislativa, Secretaria de Comunicação Social, Assessoria de Projetos e Gestão, Centro de Informática e Centro de Documentação e Informação.

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Seguem as principais ações e decisões do Ceti e do CDTI, durante o ano de 2017.

Tabela 28 – Ações e decisões do Ceti e do CDTI

Comitê	Ação/decisão
Ceti	<p>Março/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre auditoria interna na arquitetura corporativa (Cobit 5 APO03) • Análise do resultado da pesquisa de satisfação dos usuários de serviços da Ditec em 2016 • Análise de diretrizes para a oferta de serviços dirigidos à sociedade • Apresentação de versão preliminar da nova plataforma de serviços de dados abertos (AE 7.7) • Definição de estratégia para ampliação da capacidade de oferta de serviços de TIC <p>Junho/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Priorização no desenvolvimento de novo aplicativo para aquisição e controle de passagens aéreas • Avaliação da participação da Câmara na Campus Party 2017 • Aprovação do PDTI 2017-2018 (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) • Discussão sobre possível projeto corporativo: PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular <p>Setembro/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do iGovTI 2016 • Análise dos indicadores estratégicos de TIC relativos a 2017 (resultados parciais) • TI VERDE: Política de impressão para a CD • Encaminhamento da Portaria sobre Papéis e Responsabilidades sobre Soluções de TIC • Discussão da Portaria sobre Regulamentação de Serviços em Nuvem
CDTI	<p>Março/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação das novas demandas e portfólio remanescente de 2016 para fechamento do portfólio 2017-2018. <p>Maió/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos impactos referentes ao atraso na contratação da fábrica de software sobre demandas aprovadas para o portfólio 2017-2018 • Apresentação do PDTI 2017-2018 <p>Agosto/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento dos projetos em andamento • Apresentação e deliberação sobre as demandas extemporâneas <p>Dezembro/2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos papéis e responsabilidade sobre serviços de TIC, definidos em portaria • Apresentação do novo modelo de fábrica de software a ser contratado.

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação – DITEC.

4.3.2 Plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação

A Câmara dos Deputados estabeleceu em seu [Plano Estratégico de TIC \(Peti\)](#) para o período 2014-2018 **oito objetivos** de maneira a viabilizar a concretização das diretrizes estratégicas definidas pelo Comitê de Gestão Estratégica. Desta forma, o Peti transcende as ações da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, uma vez que apresenta ações realizadas por várias unidades da Instituição para atingir os indicadores previstos e a visão: “Ser ator estratégico da Câmara dos Deputados, prestando serviços de TIC com qualidade e tempestividade, de forma a participar da consolidação de um parlamento moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.”

4.3.3 Mapa estratégico de tecnologia da informação e comunicação

Distribuídos em um [mapa](#), os objetivos estratégicos estão organizados em dimensões alinhadas às diretrizes estratégicas corporativas: sintonia, transparência, interação com a sociedade, qualidades das leis, fiscalização, cidadania e gestão.

Para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos de TIC, foram previstas ações estratégicas (figura 14 e [figura 15](#)), que, por sua vez, são efetivadas como projetos executados pela Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação e demais unidades da Casa. A [figura 15](#) apresenta os seis objetivos estratégicos que tiveram ações iniciadas ou finalizadas até o ano de 2017.

Figura 14 – Situação das ações estratégicas do Peti



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 15 – Objetivos e ações estratégicas do Peti – 2017

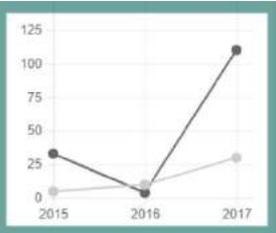
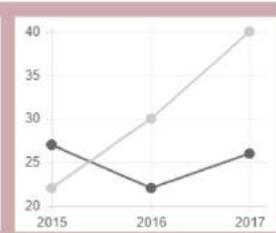


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.4 Indicadores do plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação

No intuito de mensurar o atingimento dos objetivos estratégicos, foram definidos os seguintes [indicadores de desempenho](#) e metas anuais.

Tabela 29 – Painel de indicadores do Peti – 2017

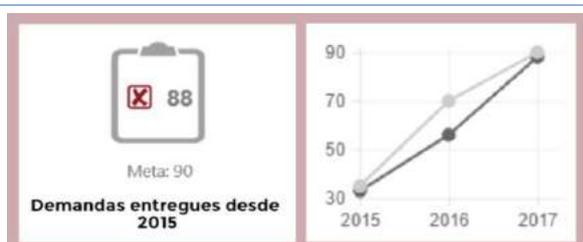
INDICADORES DE 2017 DO PLANO ESTRATÉGICO DE TIC		
Resultado	Histórico	Comentários
	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> ■ Resultado ■ Meta </div>	
 <p>110% Meta: 30% Variação de acessos a serviços para a sociedade em relação a 2014</p>		<p>Meta atingida.</p> <p>Em 2017, foram realizadas várias iniciativas e abertos novos canais de aproximação com a sociedade. O resultado refletiu neste indicador, impulsionado principalmente pelo serviços de Dados Abertos, que em seis meses alcançou noventa milhões de acessos. Após o lançamento de novo Serviço e Dados abertos, ocorrido em junho/2017, com reorganização técnica e de formatação, houve expressivo aumento dos acessos a esse serviço. Em dezembro, com o lançamento da consulta de despesas mensais por deputado, observou-se explosão do número de acessos a esse conjunto de dados de maneira muito granular, mês a mês por parlamentar. Serão disponibilizadas no portal de dados abertos orientações explícitas sobre formas mais globais de se obter tais dados (com menor número de acessos) a aqueles que desconhecem tais procedimentos.</p> <p>Também merece destaque o acréscimo de acesso aos serviços: Câmara Notícias Brasil (337%), Transmissões Web Câmara (153%), programa de Pós-Graduação (145%), Educação para Cidadania (125%), Rede Legislativa(124%), Plenário (117%), Agenda Legislativa (82%) e Comissões (74%).</p> <p>Convém a lembrança de que também houve destacável acesso, em 2017, a serviços até então inexistentes em 2014, como o Canal Youtube com mais de cinco milhões de acessos, e o aplicativo Infoleg com quase dois milhões.</p> <p>O comportamento desse indicador ao longo dos últimos três anos revela a mudança de preferência da sociedade quanto ao acesso a serviços digitais, o que pode fundamentar: a) indicador específico para dados abertos no próximo ciclo estratégico; b) criação de serviços inovadores focados no novo perfil do usuário-cidadão.</p>
 <p>26% Meta: 40% Acesso ao portal por dispositivos móveis</p>		<p>Meta não atingida.</p> <p>Apesar de já consolidada versão responsiva do portal institucional, a proporção de seu acesso por meio de dispositivos móveis (26%) ainda foi inferior à meta estabelecida.</p> <p>Existem duas ações em andamento que visam a captação dos novos perfis de usuários para o portal: projeto Virada Digital e grupo de trabalho para reorganização dos serviços voltados aos cidadãos. Espera-se que esses novos perfis tenham representativo acesso por meio de dispositivos móveis, como ocorre com a maior parte dos serviços digitais.</p>



Meta atingida.

A variação de acessos aos aplicativos da Câmara dos Deputados em relação aos acessos de 2016 ultrapassou a meta estabelecida. Em reunião do Comitê Estratégico de TIC, em setembro de 2017, houve correção da linha de base deste indicador, para que fosse 2016. A base prevista originalmente para o cálculo utilizada eram os acessos aos aplicativos móveis em 2014, ano que teve um volume de acessos inexpressivo. Isso resultou em um valor de indicador muito alto nos anos subsequentes, prejudicando a análise. Desta forma, o Comitê aprovou a mudança no sentido de que a variação passasse a ser calculada com base na quantidade de acessos verificada no ano de 2016.

Dos aplicativos disponíveis, o Infoleg App foi o mais acessado, sendo que o número de acessos manteve-se crescente desde o seu lançamento.



Meta não atingida.

Para o biênio 2017-2018, iniciou-se um novo portfólio com 122 demandas entre projetos e atividades. O conjunto completo contempla produtos a serem concluídos de 2017 a 2020.

Para o ano de 2017 contava-se com o reforço de contratação do novo modelo de fábrica de software, que não se concretizou nesse ano, o que comprometeu este indicador.



Meta atingida.

A constante vigilância quanto às principais variáveis que podem gerar atrasos de projetos; e atuação na sensibilização e na evolução da maturidade na gestão de projetos junto aos diversos *stakeholders*, têm sido importante no amadurecimento deste indicador.



Meta atingida.

A proporção das demandas encaminhadas aos comitês de TIC aceitas para execução ultrapassou a meta estabelecida.

Grande esforço tem sido feito junto às unidades administrativas da instituição para que as demandas de TIC só sejam encaminhadas quando os requisitos necessários ao seu início já estejam definidos. Foram contabilizadas 122 demandas em 2017.

Esforços têm sido feitos para otimizar e integrar as demandas provenientes de todas as áreas da Casa, a fim de diminuir esse volume, que acaba por impactar outros indicadores como o de entregas em dia e o de satisfação dos servidores.



Meta atingida.

O número de produtos de TIC entregues oriundos de processos modelados ou otimizados pelas demais unidades alcançou a meta estabelecida.

É diretriz do Comitê Estratégico de TIC que as unidades demandantes analisem e modelem seus processos de trabalho antes de solicitarem novos sistemas e serviços de TIC. A decisão visa obter melhor benefício da automação e otimizar os recursos.

Para o portfólio de 2017-2018, a existência de processos modelados para as demandas foi considerada como um dos critérios de priorização dos projetos.



Meta atingida.

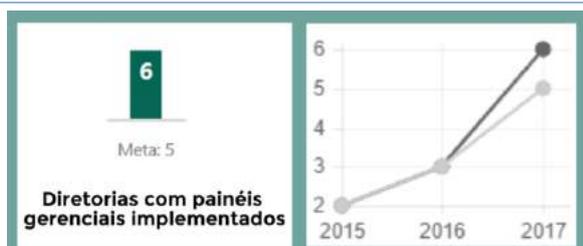
Crescimento de 3% em relação a aferição anterior, com ultrapassagem da meta em 17%. Houve aumento da satisfação em relação a todos os serviços ofertados entre 1% a 4%. Concorreram para a melhoria dessa visão, segundo os usuários, a qualidade do atendimento prestado, aumento da velocidade de conexão à internet, qualidade do sinal da rede sem fio, atualização dos equipamentos de informática, modernização dos portais e sistemas com interfaces mais intuitivas. Destaca-se que até o mês de outubro, 79% das sugestões encaminhadas pelos usuários já tinham sido priorizadas, sendo 41% já entregues, 27% encontram-se em andamento e 11% planejadas.



Meta atingida.

A realização de ações voltadas à comunicação e a disponibilização de espaços de diálogo, favoreceram a proposição de ideias por parte dos colaboradores, o que aprimorou a percepção da importância do seu trabalho.

Houve melhoria na integração entre a direção e os colaboradores, com mais oportunidades de encontro e expressão de ideias e um maior reconhecimento da importância da TI pela alta administração da Câmara dos Deputados, alçando a área Central de TIC ao nível de diretoria.



Meta atingida.

Dois novas diretorias/secretarias tiveram painéis gerenciais desenvolvidos: Diretoria-Geral e Secretaria de Controle Interno. Com a criação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, totalizam seis diretorias e secretarias com painéis de informações gerenciais.



Meta não atingida.

Ainda não foi possível assinar novos acordos de nível de serviços com foco na disponibilidade.

A obtenção dos acordos de nível de serviço requer a implantação do catálogo de serviços de TIC e o processo de gerenciamento de nível de serviços, os quais foram concluídos respectivamente em dezembro de 2016 e dezembro de 2017. Tais fatos possibilitaram a elaboração do acordo de nível de serviço de acesso à internet, que se encontra em tramitação. O referido acordo inaugurará o gerenciamento de serviços a partir da análise técnica e negocial com monitoração conjunta. Em sequência, novos acordos serão assinados.

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Alguns indicadores estratégicos de TIC associados a serviços dirigidos à sociedade que merecem estar apresentados nas figuras 16, 17, 18 e 19.

Figura 16 – Detalhes do indicador “Variação de acessos aos serviços da CD construídos para a sociedade”



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

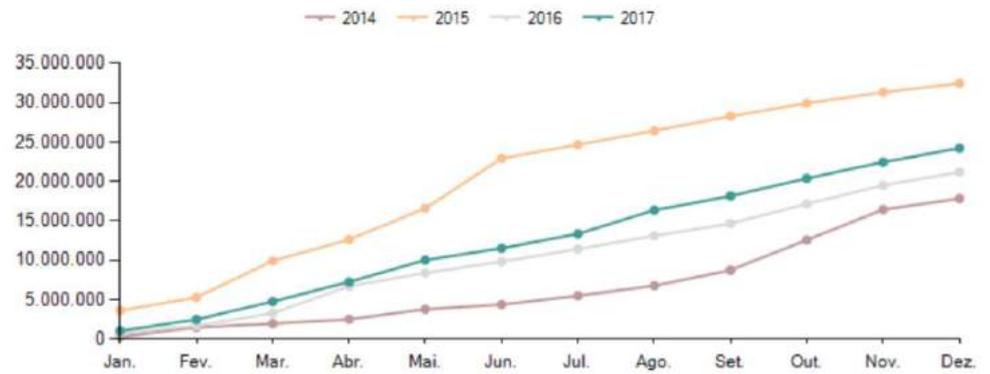
Figura 17 – Detalhes do indicador “Percentual de acesso aos serviços do portal institucional a partir de dispositivos móveis”

PERCENTUAL DE ACESSO AOS SERVIÇOS DO PORTAL INSTITUCIONAL A PARTIR DE DISPOSITIVOS MÓVEIS

TOTAL ACUMULADO DE ACESSOS AO PORTAL POR DISPOSITIVOS MÓVEIS

2017
MAIS DE
24
MILHÕES
DE ACESSOS

TOTAL ACUMULADO:
24.201.199



SERVIÇOS DO PORTAL MAIS ACESSADOS POR CELULAR

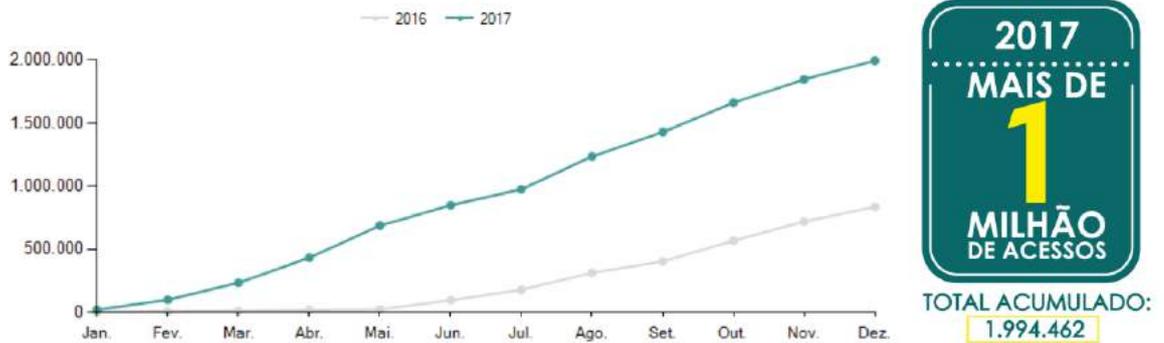


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 18 – Detalhes do indicador “Variação de acesso aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade”

VARIAÇÃO DE ACESSO AOS APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS DIRIGIDOS À SOCIEDADE

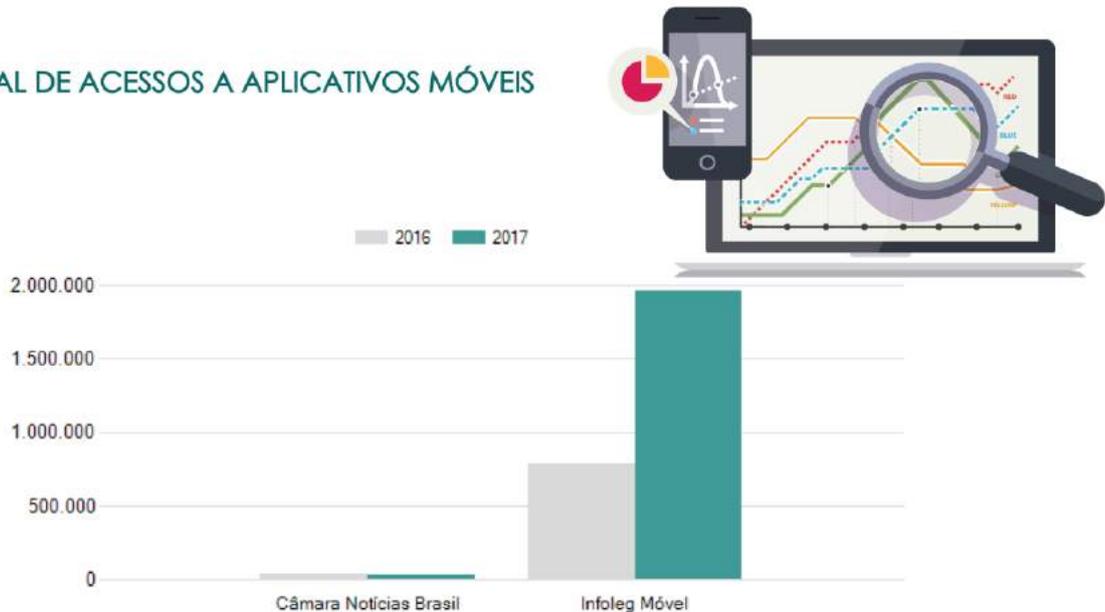
TOTAL ACUMULADO DE ACESSOS A APLICATIVOS MÓVEIS



TOTAL DE DOWNLOADS DE APLICATIVOS MÓVEIS



TOTAL DE ACESSOS A APLICATIVOS MÓVEIS

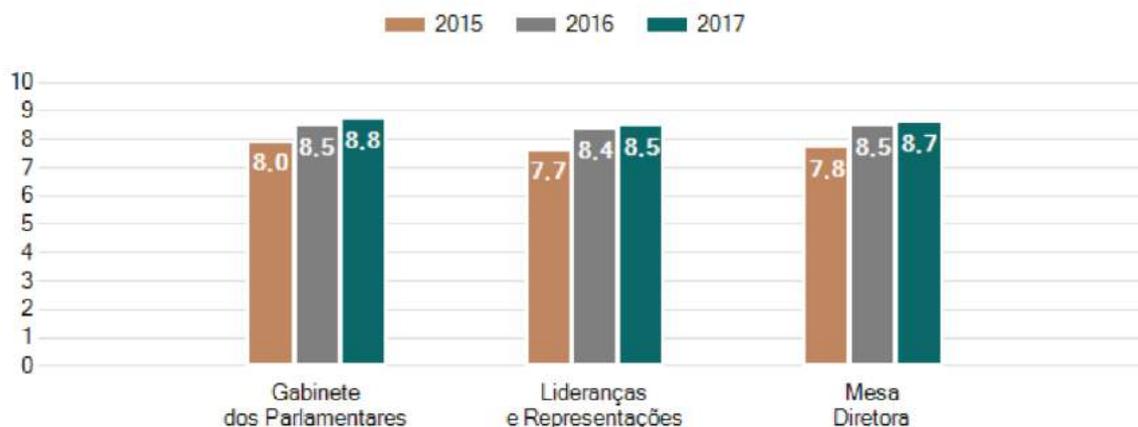


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 19 – Detalhes do indicador “Índice de satisfação dos gabinetes parlamentares, dos gabinetes de lideranças e dos órgãos da Mesa Diretora com os serviços de TIC”

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS GABINETES PARLAMENTARES, DOS GABINETES DE LIDERANÇAS E DOS ÓRGÃOS DA MESA DIRETORA COM OS SERVIÇOS DE TIC

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS GABINETES, LIDERANÇAS E MESA DIRETORA - COMPARATIVO ANUAL



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.5 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI

Para a concretização das ações de curto prazo (dois anos), o modelo de governança de TIC prevê o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI, contemplando o portfólio de projetos e plano orçamentário. Assim, para um ciclo estratégico de quatro anos, são planejados dois ciclos curtos. Dessa forma, em 2017, iniciou-se o um novo ciclo com o PDTI 2017-2018.

Figura 20 – Composição do portfólio de TIC



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 21 – Critérios de priorização do portfólio de TIC



Figura 22 – Análise qualitativa do portfólio de TIC



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.6 Projetos de TIC desenvolvidos em 2017

A partir das demandas apresentadas pelas diversas áreas da Câmara dos Deputados, e de sua priorização realizada no âmbito dos Comitês, definiu-se um portfólio de projetos de TIC para o biênio 2017-2018. O [quadro A4](#) anexo a este relatório apresenta a descrição de uma amostra dos principais projetos de TIC desenvolvidos no exercício de 2017, bem como os resultados esperados, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

4.3.7 Principais sistemas e serviços de TIC da Câmara dos Deputados dirigidos à sociedade

Na busca do cumprimento das Diretrizes Estratégicas (transparência, sintonia e interação com a sociedade), a Câmara dos Deputados disponibiliza uma série de sistemas e serviços de TIC voltados para promover a aproximação com a sociedade, conforme apresentado no [quadro A5](#).

4.3.8 Processos de gerenciamento de serviços de TIC

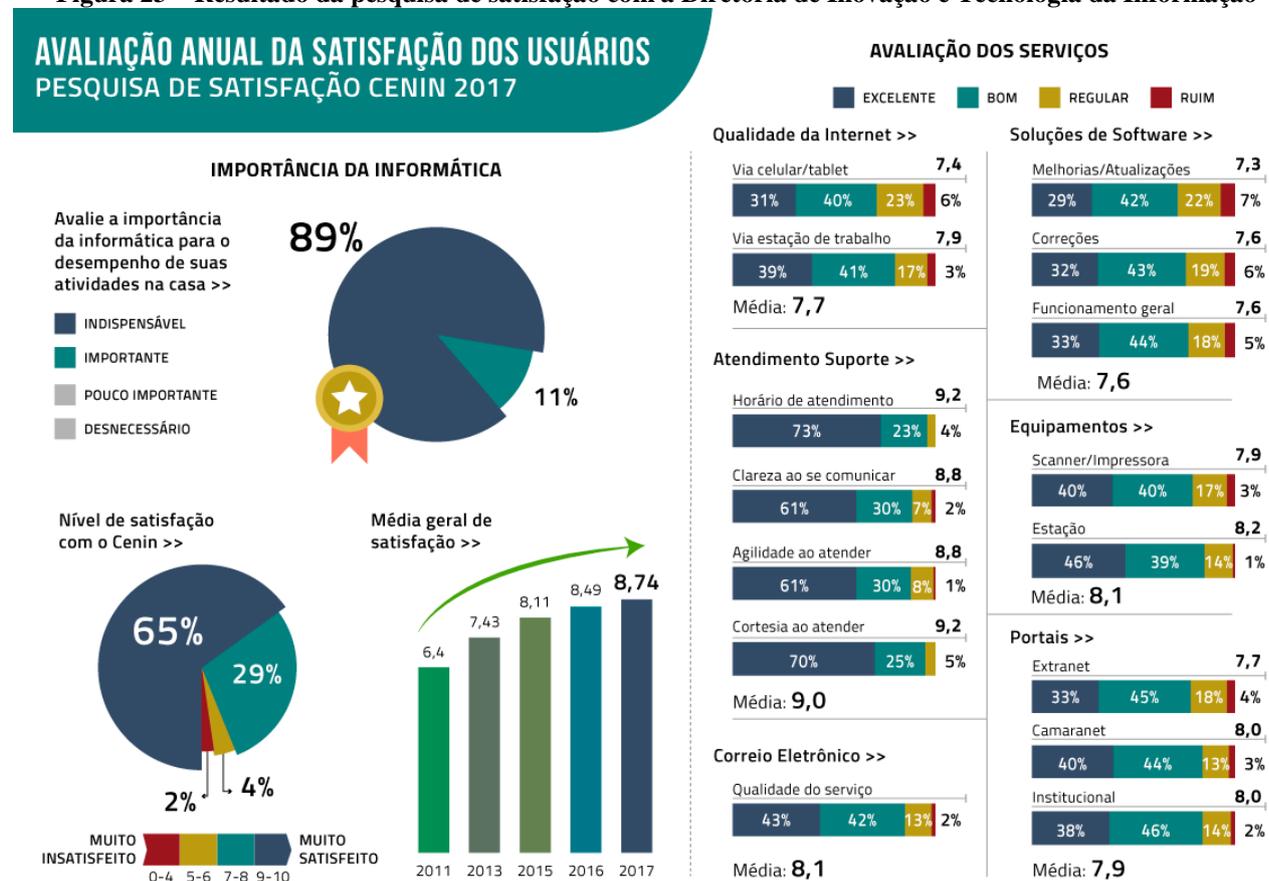
Os diversos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara dos Deputados aos parlamentares, aos servidores e à sociedade necessitam ser continuamente gerenciados, a fim de garantir um funcionamento adequado. Na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, vários processos de gerenciamento de serviços contribuem para viabilizar este objetivo, os quais são apresentados de forma centralizada no portal de processos, que, além de apresentar os diagramas, inclui características como gerente responsável e indicadores para monitoramento do processo.

O [quadro A6](#) do Anexo deste relatório apresenta a descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TIC implementados na Câmara dos Deputados.

4.3.9 Pesquisa de satisfação com os serviços da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação

A Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec) realizou a quinta edição da pesquisa anual de satisfação entre seus usuários. Esta pesquisa visa obter o grau de satisfação em relação aos produtos e serviços de tecnologia da informação disponibilizados à Câmara dos Deputados, cujos resultados encontram-se na figura abaixo.

Figura 23 – Resultado da pesquisa de satisfação com a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.10 Gestão de riscos de TIC

De maneira incremental, vários mecanismos sistemáticos têm sido utilizados para gerenciar riscos de TIC. As principais ações realizadas em 2017 encontram-se apresentadas na figura abaixo.

Figura 24 – Mecanismos para gerenciamento de riscos de TIC

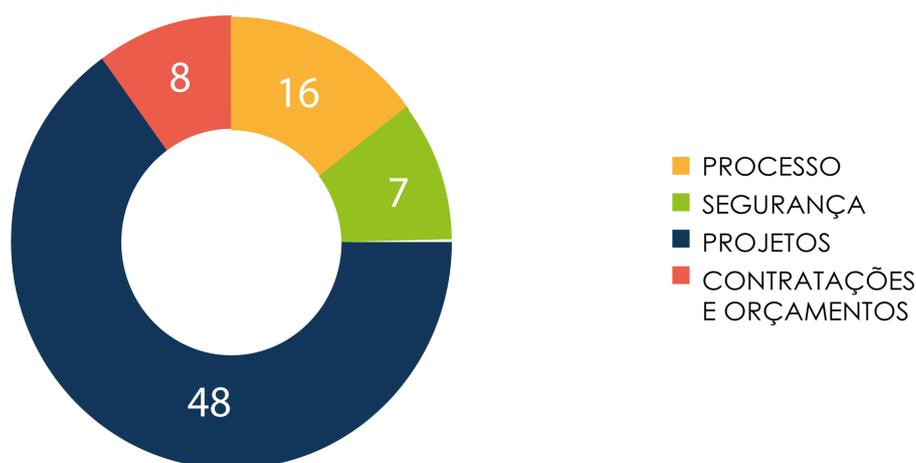


Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Além das ações acima, mensalmente é gerado um relatório destinado aos gestores de TIC com alertas de riscos em projetos, processos, execução orçamentária e contratações. No ano de 2017 foram identificados 79 riscos, segmentados nas dimensões de gestão apresentadas na figura abaixo.

Figura 25 – Riscos identificados, por categoria

RISCOS IDENTIFICADOS POR DIMENSÃO DE GESTÃO



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Para o levantamento de riscos de projetos de TIC, foram feitas as seguintes atividades:

- Análise de mais de 300 relatórios de situação dos projetos;
- Ações para aumento do envolvimento de 29 gerentes de projetos;
- Conscientização dos gerentes de projetos aos novos conceitos;
- Palestras para orientação aos gerentes de como reportar os riscos, conforme a metodologia definida; e
- Identificação de riscos de portfólio devido a eventuais interdependências de projetos ou de equipes.

4.3.11 TI Verde

Conjunto de ações para promover o uso sustentável dos recursos tecnológicos da instituição, com objetivo de promover as aquisições sustentáveis, reduzir a quantidade de equipamentos e suprimentos de TIC, reduzir o consumo de papel, reduzir o consumo energético e reduzir contaminação ambiental causada por resíduos tecnológicos.

Em 2017, concluiu-se a substituição de 3065 computadores antigos por computadores de maior eficiência energética, promovendo uma economia anual de aproximadamente R\$ 72.509,80. Também se desenvolveu um planejamento das próximas ações de TI Verde com a definição de indicadores, prazos, metas e responsabilidades, conforme tabela abaixo.

Tabela 30 – Planejamento das ações de TI Verde

Objetivos	Ações
Promover as aquisições sustentáveis	Levantamento sobre certificações de sustentabilidade e logística reversa para TI
	Adoção de boas práticas em contratação sustentável de TI
	Orientação/sensibilização sobre a avaliação de requisitos ambientais em Estudos Técnicos Preliminares
Reduzir o consumo de papel e de equipamentos e suprimentos de TI	Estudo sobre redução de impressoras para as próximas contratações
	Criação de um painel gerencial de impressões
	Elaboração de uma Política de Impressão da Câmara dos Deputados
	Implantação de Ecofonte
	Divulgação interna de volume e custo de impressão por unidade administrativa
	Campanha de conscientização sobre impressão sustentável
	Atualização periódica das configurações econômicas das estações de trabalho
Reduzir o consumo energético	Desenvolvimento de sistemas de TI sustentáveis
	Utilização de tecnologias de virtualização
Reduzir contaminação ambiental por resíduos tecnológicos	Aquisição de sistema de monitoramento de consumo e eficiência energética para o Data Center (em andamento)
	Adoção de um plano de descarte ou reuso dos equipamentos de TI

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.3.12 Outras ações de aproximação com a sociedade

Além dos serviços digitais, a Câmara dos Deputados tem procurado inovar e diversificar as formas de aproximação com a sociedade. Durante o ano de 2017 foram testadas diversas iniciativas nesse sentido, conforme mostrado nas figuras 26a e 26b.

Figura 26a – Iniciativas de aproximação com a sociedade

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE



TEMA: TRANSPARÊNCIA

Congresso internacional com o foco na produção de soluções inovadoras para problemas diversos da sociedade.

É um espaço favorável para discutir temas relevantes relacionados à tecnologia e seus impactos na vida dos cidadãos, incluindo espaços para discussões envolvendo a relação entre a tecnologia e a cidadania.

A Câmara participou da edição Brasília divulgando a Plataforma de Dados Abertos, o aplicativo Infoleg, o e-Democracia e o portal Desafio.leg.br, por meio de exposição e palestras.



MIL PARTICIPANTES

BENEFÍCIOS



- 01 Interação com um público jovem e inovador
- 02 Ampliação da divulgação dos produtos de TIC voltados para a sociedade
- 03 Promoção da inovação no setor público por meio da sociedade
- 04 Divulgação nas redes sociais

PALESTRAS

Dentro e fora da Instituição com o objetivo de buscar maior engajamento político da sociedade por meio dos serviços digitais disponíveis

- **Workshop Mineração Cidadã com os Dados Abertos da Câmara** (CAMPUS PARTY E ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA)
- **Palestra Decodificando a Democracia** (CAMPUS PARTY, CÂMARA DOS DEPUTADOS E CÂMARA LEGISLATIVA)
- **Workshop Machine Learning – Padrões no Jogo Político** (CAMPUS PARTY)
- **Os números não mentem** (FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA)
- **O poder da matemática e a matemática no Poder** (FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA)
- **Dados abertos e o acesso à informação** (SEMINÁRIO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA)



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Figura 26b – Iniciativas de aproximação com a sociedade



DESAFIO LEG BR
Suas soluções para seu legislativo

PORTAL DE COMPETIÇÕES ABERTAS À PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC DIRIGIDAS A PROBLEMAS REAIS DO LEGISLATIVO.

4 COMPETIÇÕES PROMOVIDAS EM 2017:

- 01** DESAFIO APP LEGISLATIVO 2017
- 02** NOVO PORTAL NA INTERNET PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 03** I CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA COMISSÃO DO ESPORTE
- 04** PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA À CORRUPÇÃO

SOLUÇÕES VENCEDORAS DO PRIMEIRO DESAFIO

Os apps estão disponíveis no Google play e Apple Stores



NUVEM INTERPARLAMENTAR

Em 2017 a Câmara dos Deputados deu um importante passo em direção à comunidade internacional, sendo escolhida como um hub de inovação junto a IPU – Inter-Parliamentary Union, para o desenvolvimento do projeto de nuvem interparlamentar, cujos principais objetivos são:

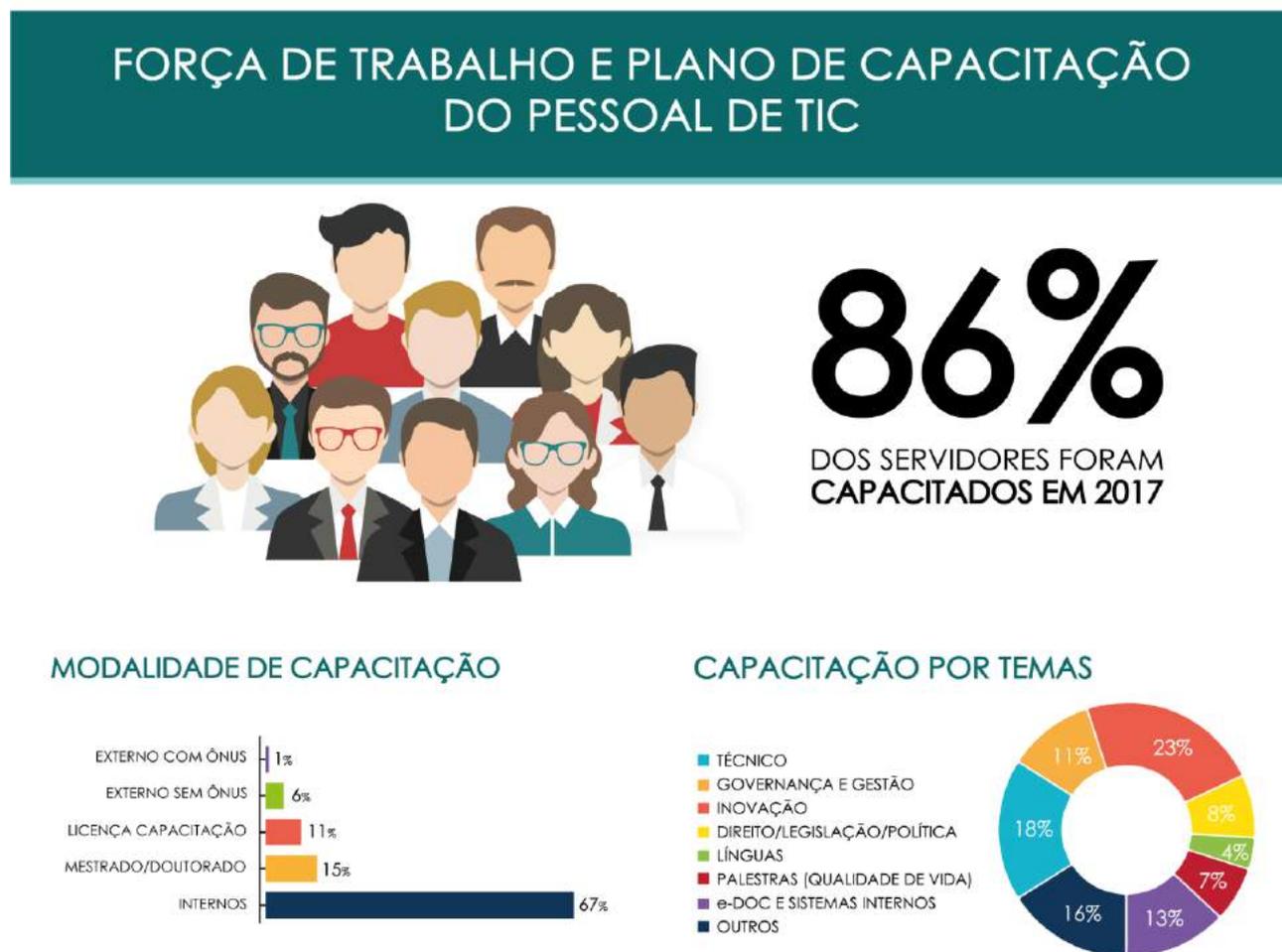
- Impulsionar a transparência dos Parlamentos
- Potencializar as análises comparativas entre os Parlamentos
- Entendimento global da legislação em cada país
- Identificação de oportunidades para evolução das leis
- Criação de Big DATA dos Parlamentos
- Otimizar recursos por meio de uma biblioteca de softwares dos Parlamentos



4.3.13 Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC

A Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação conta com 139 servidores e 260 colaboradores terceirizados. Durante o ano de 2017, foram oferecidos cerca de 99 treinamentos e palestras para os servidores lotados nessa unidade, compondo 475 inscrições e atingindo 86% dos servidores.

Figura 27 – Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC



Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A contribuição da Câmara dos Deputados para a construção de um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável e com menor impacto sobre o meio ambiente segue a incorporação dos princípios de sustentabilidade em suas próprias atividades administrativas e operacionais e da aprovação de leis capazes de alavancar o desenvolvimento sustentável do país.

Para viabilizar esse compromisso em seu funcionamento cotidiano, foi criado o Comitê de Gestão Socioambiental (EcoCâmara), em 2003, e instituída a Política Socioambiental por meio da [Portaria n. 336, de 2010](#). Essa política é conduzida pelo EcoCâmara, que assessora a administração da Casa na inclusão dos componentes ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade nos processos de trabalho da área administrativa, com destaque para:

- **Compras e contratações sustentáveis:** o [Ato da Mesa n. 4, de 2011](#), trata da adoção de padrões de aquisição sustentáveis, regulamentado pela [Portaria n. 227, de 2014](#), que traz de forma objetiva os requisitos ambientais a serem observados na aquisição de diversos produtos e serviços comuns.

Ainda sobre o tema, em 2017, a Câmara participou do Pregão Eletrônico n. 49/2017 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando adquirir os serviços de descontaminação de lâmpadas fluorescentes inservíveis.

- **Resíduos sólidos:** o primeiro Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Recicláveis da Câmara foi regulamentado pelo [Ato da Mesa n. 129, de 2002](#). Recentemente, em função da Lei n. 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi publicado o [Ato da Mesa n. 34, de 2015](#), com a criação do novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), consoante os novos conceitos e instrumentos trazidos pela citada lei. Desde 2004, a Câmara mantém convênio com os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis com o objetivo de promover a destinação final adequada dos resíduos produzidos na Casa. Em 2017, foram realizadas visitas e orientações para conscientização dos servidores e prestadores de serviços acerca da nova proposta de distribuição para os coletores de resíduos.
- **Resíduos Orgânicos e não recicláveis:** em face da vigência da Lei Distrital n. 5.610, de 2016, que dispõe acerca da responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, incluídos os estabelecimentos públicos, pelo gerenciamento adequado dos resíduos sólidos similares foi firmado o Contrato n. 173/2017 para a prestação de serviços de recolhimento desses resíduos em substituição aos serviços prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU).
- **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):** trata-se do principal programa de gestão socioambiental da administração pública. O programa tem sido implementado por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo, no âmbito dos três poderes, e pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, e ganhou o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. A Câmara dos Deputados aderiu ao programa em junho de 2009.
- **Estabelecimento dos 5Rs e campanha de divulgação:** em 2017, a Câmara dos Deputados promoveu diversas campanhas sobre os 5Rs (Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar, Reciclar).
- **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS):** o PLS da Câmara está em fase de aprovação. O plano foi elaborado de forma coletiva, envolvendo os respectivos órgãos relacionados aos 14 (quatorze) temas a saber: acessibilidade, arborização e manutenção de áreas verdes, contratações sustentáveis, descartáveis, educação para sustentabilidade, mobilidade sustentável, água, energia elétrica, papel, gestão de resíduos, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho, telefonia, TI verde, arquitetura e construção sustentável de

construção. Foram propostos cinquenta e um planos de ação com objetivos, responsabilidades, indicadores e metas; e

- **Outras ações de Sustentabilidade:** a página da Câmara na internet ([EcoCâmara²⁰](#)) divulga, com maior detalhamento, as ações para a sustentabilidade desenvolvidas pela Câmara.

4.4.1 Gabinete Sustentável

Outra iniciativa aprimorada pela Câmara diz respeito ao projeto-piloto Gabinete Sustentável, originado de proposta da Primeira-Secretaria da Casa, com foco no atendimento das diretrizes e objetivos estabelecidos pela Política Socioambiental da Câmara dos Deputados.

A iniciativa contou com a [participação de dez gabinetes parlamentares²¹](#) para validação da metodologia proposta e posterior extensão aos demais gabinetes que venham a demonstrar interesse em participar de uma próxima edição. O projeto tem como objetivo promover mudança comportamental das equipes dos gabinetes e dos respectivos deputados, para a busca da adoção de práticas de consumo consciente dos recursos materiais disponíveis, bem como da desmaterialização dos processos de trabalho, por meio da construção de planos de ação com metas definidas pela própria equipe, de acordo com a realidade vivenciada em cada gabinete, além do aprimoramento dos recursos de infraestrutura disponibilizados pela Casa aos gabinetes parlamentares.

4.5 Gestão de Fundos e Programas

4.5.1 Identificação e informação dos fundos na gestão da unidade

O Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (FRCD) foi instituído pela [Resolução n. 18, de 1971](#), e tem como objetivo prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, os programas de assistência social, a melhoria das condições de trabalho de deputados e de funcionários e outras realizações que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

Para o exercício de 2017, foi prevista a arrecadação de R\$ 75.482.695,00. A receita total foi de R\$ 143.853.713,64, conforme detalhamento abaixo.

Tabela 31 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD

Recursos próprios	Receita prevista	Receita arrecadada	Valores em reais Diferença
	(a)	(b)	(b - a)
Remuneração de depósitos bancários	57.094.988,00	58.466.793,16	1.371.805,16
Aluguéis e Arrendamentos – Principal	2.832.880,00	2.222.415,95	-610.464,05
Cessão de Direito de Operacionalização Pagamentos – Principal	0,00	76.765.374,01	76.765.374,01
Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal	230.579,00	313.032,14	82.453,14
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos – Principal	8.730.000,00	0,00	-8.730.000,00
Multas e Juros Previstos em Contratos – Principal	1.430.865,00	570.173,37	-860.691,63
Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores – Principal	4.996.081,00	5.406.293,95	410.212,95
*Outras Receitas	167.302,00	109.631,06	-57.670,94
Total	75.482.695,00	143.853.713,64	68.371.018,64

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

* Contempla receitas com “indenização por danos causados ao patrimônio público”, “alienação de bens móveis”, “outras receitas primárias”, bem como com “multas e juros diversos”.

²⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

²¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/o-ecocamara/noticias/parlamentares-aderem-ao-projeto-piloto-do-gabinete-sustentavel>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

Conforme se verifica na [tabela 31](#), no exercício de 2017, houve uma arrecadação superior em 90,57% à que foi inicialmente prevista com destaque para a “Cessão de Direitos de Operacionalização da Folha de Pagamento” cuja arrecadação foi de R\$ 76.765.374,01. Por outro lado, considerando que não houve a realização de concurso público em 2017, ocorreu uma frustração com essa receita no valor de R\$ 8.730.000,00.

Cabe comentar que, por decisão da Mesa da Câmara dos Deputados, foi autorizada a transferência para o Tesouro Nacional dos recursos arrecadados com a Cessão de Direitos de Operacionalização da Folha de Pagamento.

A dotação orçamentária autorizada para o FRCD na LOA de 2017 foi de R\$ 75.482.695,00. A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária no exercício por ação.

Tabela 32 – Dotação atualizada x despesas empenhadas – FRCD

Valores em reais

Ação	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	Percentual (b)/(a)	Diferença (a)-(b)
Processo Legislativo – Administração Legislativa	32.532.695,00	1.001.900,00	3,08%	31.530.795,00
Assistência Médica e Odontológica	4.200.000,00	4.200.000,00	100,00 %	0,00
Processo Legislativo – Capacitação de Recursos Humanos	3.000.000,00	1.311.559,16	43,72%	1.688.440,84
Ampliação do Edifício Anexo IV	35.000.000,00	0,00	0,00%	35.000.000,00
Construção do Anexo V	750.000,00	0,00	0,00%	750.000,00
Total	75.482.695,00	6.513.459,16	8,63%	68.969.235,84

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

Conforme se observa, as despesas empenhadas representaram 8,63% da dotação atualizada.

No intuito de oferecer colaboração ao Governo Federal no cumprimento das metas de resultado primário, a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu bloquear, no orçamento da Casa, o valor de R\$ 236.500.000,00, sendo que desse montante, coube ao Fundo Rotativo o valor de R\$ 27.000.000,00. Além desse valor, ficou contingenciado no Fundo Rotativo o valor de R\$ 14.476.867,00. A soma do valor bloqueado e do contingenciado totalizou R\$ 41.476.867,00, representando 54,95% da dotação atualizada.

Cabe ressaltar ainda que houve a descentralização de crédito no valor de R\$ 7.345,96 para atender despesas com capacitação de recursos humanos, conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 33 – Destaques concedidos – FRCD

Valores em reais

Órgão	Descrição	Valor
03000	Tribunal de Contas da União	1.665,84
26271	Fundação Universidade de Brasília	5.680,12
Total		7.345,96

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

As disponibilidades financeiras são representadas, exclusivamente, pelos saldos das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Recursos da Conta Única Aplicados, conforme discriminado a seguir.

Tabela 34 – Disponibilidades financeiras – FRCD

Recursos financeiros	Valores em reais		
	Saldo em 31/12/2016 (a)	Saldo em 31/12/2017 (b)	Diferença (b-a)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	1.235.341,62	2.309.030,04	1.073.688,42
Recursos da Conta Única Aplicados	558.720.624,20	609.272.033,57	50.551.408,37
Total	559.955.965,82	611.581.063,61	51.625.097,79

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

O resultado patrimonial do exercício de 2017, apurado com base no regime de competência, foi de R\$ 56.651.587,01, oriundo basicamente de receitas de aplicação financeira.

As demonstrações contábeis do FRCD estão disponíveis para consulta no [portal da Câmara dos Deputados](#)²².

4.6 Gestão da Informação

As informações contidas neste item evidenciam as principais ações da Câmara dos Deputados vinculadas à gestão da informação, que ampliam a organização e a disseminação da produção legislativa e dos acervos histórico e bibliográfico. Além disso, as ações demonstram o uso de tecnologias como forma de preservar o meio ambiente para as novas gerações e disponibilizar a uma parcela maior da sociedade as informações aqui produzidas ou custodiadas. São evidenciadas também as ações de preservação dos suportes físicos que visam a garantir a integridade da informação bem como o seu acesso no decorrer dos anos, o que explicita o zelo da instituição com o patrimônio público.

4.6.1 Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão, por meio de seu [portal](#)²³, as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa. Foram indexadas e descritas 3.365 novas proposições e inseridas as legislações por elas citadas. Somam-se a isso a inclusão, correção e atualização de 357 proposições arquivadas, anteriores a 1988, que estavam registradas apenas em papel e agora estão disponíveis com todas as informações de tramitação no portal da Câmara dos Deputados. Para se ter uma ideia da importância de tal atividade, a área “Proposições” foi o segundo conteúdo mais acessado durante o ano de 2017, com 20.893.344 acessos. A indexação e a descrição das proposições são necessárias para a fidedigna recuperação da informação e constituem em processos de trabalho de alta relevância para a sociedade.

As normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império, também estão disponíveis no [portal](#)²⁴. Foram inseridos 1.627 atos normativos novos e indexadas 3.747 normas com o intuito de melhorar e facilitar as pesquisas realizadas pelo cidadão. No ano de 2017, a área “Legislação” do portal recebeu 7.149.336 acessos.

²² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/demonstracoes-contabeis-do-fundo-rotativo>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

²³ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

²⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

A sociedade também pode ter acesso às informações biográficas e da atividade dos parlamentares, atores do processo legislativo, no [portal](#)²⁵. Foram atualizadas 8.659 informações acerca do cadastro parlamentar, biografias e movimentação parlamentares. A área “Deputados” do portal recebeu 14.441.020 acessos.

Acesse <http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal/estatisticas> para obter mais informações sobre as estatísticas do portal da Câmara dos Deputados.

4.6.2 Gestão dos acervos informacionais

4.6.2.1 Preservação

A preservação engloba um conjunto de ações voltadas para prolongar a vida útil dos bens culturais pertencentes aos acervos da Câmara dos Deputados compreendendo procedimentos de conservação preventiva, conservação e restauração. Esses bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio histórico e cultural da Câmara dos Deputados, são a representação de nossa memória legislativa, de modo a permitir que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de nosso povo. Sua manutenção significa a preservação da história e acima de tudo o respeito pelas futuras gerações.

Visitas técnicas ao Serviço de Preservação incluíram cerca de 370 visitas, demonstrando o interesse de diversos órgãos e Instituições pelo trabalho de preservação desenvolvido pela Câmara dos Deputados, que hoje é reconhecido pela sua excelência.

O processo de apuração dos dados estatísticos da Seção de Conservação e Restauração (Secor) foi aprimorado visando uma especificação mais clara e detalhada das atividades executadas pela Seção. Ações de preservação que vinham sendo computadas sob um único tópico, mas que na verdade englobavam várias atividades especializadas, foram desmembradas e passaram a ser computadas individualmente. Sendo assim, os processos de conservação preventiva, conservação e restauração somaram aproximadamente 810.000 procedimentos. Sendo os mais representativos detalhados abaixo.

4.6.2.1.1 Conservação preventiva

A conservação preventiva abrange um conjunto de estratégias elaboradas no sentido de prever e evitar possíveis riscos que ameacem o patrimônio cultural, compreendendo higienização de livros, documentos e materiais audiovisuais, monitoramento das condições ambientais, iluminação, acondicionamento, controle de pragas, procedimentos de manutenção e planejamento de desastres.

4.6.2.1.1.1 Higienização de livros e documentos

O processo de higienização de livros e documentos é parte integrante das atividades de conservação preventiva dos acervos arquivísticos e bibliográficos da Câmara dos Deputados e compreende o trinchamento de livros e documentos e a limpeza de estantes, caixas e prateleiras.

Uma parte desse trabalho é realizada por pessoas com deficiência intelectual, por meio de contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae/DF), cuja finalidade é auxiliar no processo de preservação e disseminação da informação, bem como na conservação preventiva e aumento da vida útil de nossos acervos. Além disso, amplia as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho e na sociedade de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, permitindo-lhes o pleno exercício de seus direitos e deveres de cidadãos.

²⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

Foram higienizados: 12.457 prateleiras, 204.494 livros e 2.172.386 folhas de livros e documentos.

4.6.2.1.1.2 Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual

O projeto de higienização e acondicionamento de fotografias e negativos pertencentes ao acervo audiovisual da Câmara dos Deputados teve início em 2016. Um total de 123.133 fotogramas foram tratados em 2017.

4.6.2.1.1.3 Restauração

A restauração é um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, estabilização ou reversão de danos ocorridos aos bens culturais. Além de incluir os procedimentos de conservação, uma vez que esses dois aspectos estão interligados, atua especificamente nos valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, restituindo esses valores tanto quanto possível, fundamentando-se no respeito à originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação.

Foram restaurados cerca de 436 documentos, plantas arquitetônicas e livros, além de 43 objetos museológicos, entre presentes protocolares, telas, esculturas, vasos e mobiliário e dois painéis de grandes dimensões, de cerca de 280 metros quadrados, do artista Athos Bulcão.

4.6.2.2 Acervo arquivístico

O acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, reconhecido patrimônio documental e cultural brasileiro, é formado por documentos que datam da criação do Parlamento brasileiro, em 1823, quando do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil até os dias atuais. Reúne documentos produzidos pela Câmara dos Deputados e pelas diversas Assembleias Constituintes em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapa, microfilme, fotografias e outros, com destaque para os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Parte desse acervo já se encontra disponível no portal da Casa, por meio das abas “Atividade Legislativa” e “Transparência”.

A cada ano, parte desse acervo é eliminada conforme legislação federal e normas e instrumentos internos, bem como novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais. Foram eliminadas 4.959 e recebidas 3.554 caixas-arquivo, cuja capacidade de armazenamento é de 10 cm de largura. Tendo ocorrido uma significativa desocupação de espaço no depósito, com a ampliação em 1.405 caixas-arquivo a capacidade de recepção da área.

No âmbito das demandas originadas com a Lei de Acesso à Informação (LAI), ocorreram duas importantes ações da instituição no que se refere aos procedimentos de segurança relativos ao tratamento e à disponibilidade de seu acervo arquivístico. Foi publicado o “Manual de procedimentos para o tratamento da informação com restrição de acesso” e foi realizada campanha de sensibilização institucional sobre segurança da informação.

4.6.2.3 Acervo bibliográfico

A Câmara dos Deputados disponibiliza ao público, em dias úteis, das 9h às 18h30, a Biblioteca Pedro Aleixo, que oferece espaço para estudo e consulta ao acervo. Além disso, são oferecidos computadores com acesso à internet e sala equipada com *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

O acervo da Biblioteca, composto de aproximadamente 200.000 obras e 2.900 títulos de revistas, é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. A principal função da Biblioteca é subsidiar as atividades legislativas e parlamentares dos membros da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e as atividades administrativas de seus servidores.

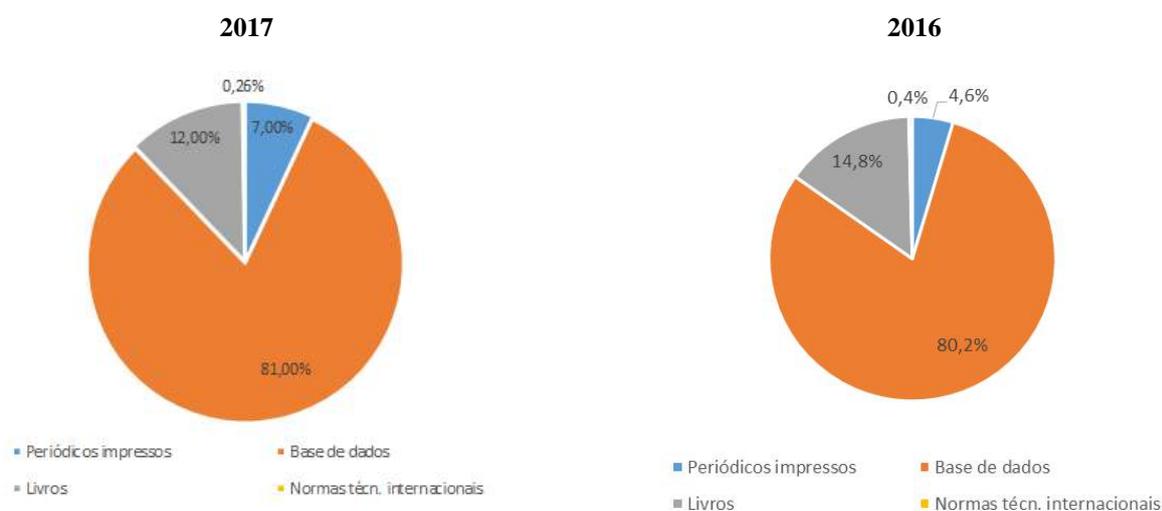
Tabela 35 – Movimento da biblioteca – 2017

Item	Quantidade
Circulação mensal de pessoas	19.376
Usuários cadastrados (parlamentares, servidores e prestadores de serviços)	5.968
Empréstimo de livros (facultado aos usuários cadastrados)	28.586
Empréstimo de livros para outras bibliotecas	3.993

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Biblioteca Aleph e Portal Eletromagnético.

Conforme já observado em relatórios dos anos anteriores, a tendência de migração da aquisição do material bibliográfico impresso para o digital vem crescendo gradativamente com o passar dos tempos, o que revela uma nova mudança de cenário na qual o mercado digital e seu público vem ganhando espaços cada vez maiores, o que, para as bibliotecas e centros de documentação, repercute de forma positiva, tendo em vista a economia de espaço físico para armazenamento do material, sustentabilidade na redução do uso do papel, bem como economia de recursos humanos com a redução da mão de obra especializada que seria necessária para o tratamento do material impresso.

Figura 28 – Comparativo de despesas com material bibliográfico – 2017 x 2016



Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da Câmara dos Deputados (Siorc).

4.6.3 Disseminação da informação

A Câmara dos Deputados tem empreendido esforços para digitalizar e microfilmar seus documentos, com o objetivo de ampliar a disseminação da informação e garantir a preservação do arquivo físico e a integridade dos dados em sua originalidade, para usufruto da sociedade e das gerações futuras.

Foram realizadas a digitalização de cerca 6.478.743 imagens de documentos históricos, bibliográficos e arquivísticos; a produção de 1137 microfimes, com cerca de 5.059.823 fotogramas de documentos da atividade legislativa, financeira e administrativa da Casa; e a publicação no site institucional de 449 edições do Diário da Câmara dos Deputados e seus suplementos, com total aproximado de 152.011 páginas disponibilizadas.

4.6.3.1 Documentos históricos

A riqueza do acervo histórico e a metodologia de tratamento adotada pela Câmara dos Deputados propiciaram o convite para que servidora desta instituição participasse da “XVII Semana Universitária da Universidade de Brasília”, ocorrido em outubro de 2017, sob a promoção da Faculdade de Ciência da Informação, com a palestra “O Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados do Brasil”.

4.6.3.2 Documentos bibliográficos

A **Biblioteca Digital**²⁶ da Câmara dos Deputados reúne conteúdos informacionais relevantes para as atividades legislativas. Seu acervo é disponível à comunidade em geral e abrange coleções editadas pela Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, valiosa produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento. Somente no ano de 2017, 942 documentos foram inseridos e disponibilizados ao público em geral, com acesso ao texto integral. Nesse mesmo período, registrou 151.065 pesquisas realizadas, sendo as obras mais acessadas:

- Constituição da República Federativa do Brasil em áudio;
- Constituição da República Federativa do Brasil em PDF/e-pub;
- Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- Lei n. 8.112, de 1990, em áudio;
- Legislação sobre Licitações e Contratos Administrativos em áudio.

4.6.3.2.1 Busca Integrada de Bibliografia (BIB)

Trata-se de uma ferramenta de alta tecnologia que integra informações de diversas bases de dados bibliográficas e apresenta ao usuário uma interface de consulta única, provendo acesso às informações de maneira ágil, simples, com critérios de relevância e oferecendo recursos que agregam valor à pesquisa bibliográfica.

Esse recurso foi implantado, em março de 2016, inicialmente para uso interno. A partir de 2017 será disponibilizado para toda a sociedade e unificará a pesquisa em todo o catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e nos acervos das bibliotecas digitais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ressalta-se que a ferramenta foi adquirida pela Câmara dos Deputados para ser compartilhada, também, com o Senado Federal em contrapartida ao uso do sistema de gerenciamento de bibliotecas (Aleph) pela Biblioteca da Câmara dos Deputados. Esse compartilhamento representou uma economia de recursos públicos, tendo em vista que a aquisição separada pelas duas Casas implicaria maiores gastos.

²⁶ Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

4.6.3.3 Produção editorial

Em 2017 foram lançadas 69 publicações, que incluíram novos títulos, novas edições e e-books.

A [livraria virtual](http://livraria.camara.leg.br/)²⁷ da Câmara dos Deputados conta com mais de 13 mil clientes cadastrados. Apenas em 2017, foram vendidos mais de 36 mil livros. Os 5 títulos mais vendidos foram Constituição Federal, Código Civil, Legislação sobre licitações e contratos administrativos, Lei 8112/90 e LDB.

No *site* também são disponibilizadas gratuitamente as versões digitais de todos os livros da editora. Entre os livros mais baixados estão a Constituição Federal, o Regimento Interno, o Manual de Redação, A CPI do Sistema Carcerário e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com aproximadamente 60.000 *downloads* ao todo.

Em relação aos *e-books* da editora, destaca-se que foram realizados mais de 450 mil *downloads* nas lojas de livros digitais Google Play Livros, iBooks Store e Kobo Store. Há *e-books* da editora que figuram nas listas dos 20 livros mais baixados da Google Play.

²⁷ Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.